

Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário

Boaventura de Sousa Santos

Hermes Augusto Costa

Numa revisão bibliográfica sobre o novo internacionalismo operário efectuada 150 após a publicação do *Manifesto Comunista*, Peter Waterman (1998b: 349) mostrava-se descrente quanto ao possível advento de um segundo internacionalismo proletário, desde logo porque «não houve sequer um primeiro aparecimento desta criatura mítica». As considerações de Marx nos Estatutos da primeira organização operária internacional, a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT, fundada em 1864), reflectiam bem as aspirações contidas no *Manifesto Comunista*, assente na luta de classes, no papel emancipatório e no «mundo a ganhar» (Marx e Engels, 1982: 136) do protelariado:

A emancipação económica das classes operárias é, portanto, o grande fim ao qual todo o movimento político deve estar subordinado como um meio. (...) todos os esforços tendentes a esse grande fim têm até aqui falhado por falta de solidariedade entre as múltiplas divisões do trabalho em cada país e pela ausência de um laço fraterno de união entre as classes operárias de diferentes países (Marx, 1983: 14).

Estas ambições de emancipação e de solidariedade operária internacional permanecem bem vivas nos dias de hoje, sobretudo por ter sido o capital e não o trabalho a lograr internacionalizar-se com êxito.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano 2000 havia no mundo 160 milhões de desempregados, dos quais 50 milhões nos países desenvolvidos. Além disso, 500 milhões de trabalhadores dispunham de um rendimento inferior a um dólar por dia (ILO, 2001). A crueldade destes números remete-nos para o terreno de luta em que se move o *novo internacionalismo operário*, desafiando as lutas operárias do século XXI a articularem-se internacionalmente. Tal desafio passa pela reinvenção do movimento operário, seja através da reabilitação de velhos objectivos, seja pela proposta de novas estratégias de luta emancipatória. Porém, parece igualmente evidente que tais números são cada vez menos «propriedade» exclusiva do movimento operário. Daí ser pertinente argumentar que existem condições para fazer reviver o internacionalismo operário, sobretudo se enquadradas num movimento geral mais amplo de solidariedade.

Neste capítulo introdutório destinado a relevar as características mais salientes do novo internacionalismo operário, não deixaremos de questionar quer a «novidade» que

lhe subjaz quer a «antiguidade» que se preservou do «velho internacionalismo operário». Começaremos, no entanto, por fazer um elenco dos principais entraves que hoje se colocam ao internacionalismo operário e às formas de cooperação laboral transnacional em geral. Identificados os obstáculos, centramos a nossa análise no sindicalismo enquanto «velho» protagonista do internacionalismo operário e no registo organizacional internacional que conhece na actualidade. Posteriormente, recuperamos algumas das teorias e dos debates que desafiam a nossa reflexão em redor da acção laboral transnacional. Na segunda parte, expomos brevemente a forma como cada um dos estudos que compõem este volume fornece uma visão própria sobre o novo internacionalismo operário. Por fim, propomos um conjunto de teses que emergem da leitura global que fizemos dos textos. Longe de traduzirem um consenso formado entre os autores deste livro, tais teses apontam tanto caminhos possíveis a seguir pelo novo internacionalismo operário, como obstáculos que importa superar, até porque, não raras vezes, a superação (mesmo que parcial) dos segundos significa a proposta dos primeiros. Ao expormos as teses, o nosso objectivo é dinamizar a reflexão sobre o tema, seja pela confirmação das incertezas de alguns, seja pela rejeição das certezas de outros, contribuindo dessa forma também para o fortalecimento teórico do novo internacionalismo operário.

1. OBSTÁCULOS AO INTERNACIONALISMO OPERÁRIO

Um primeiro passo para legitimar a existência de um «novo» internacionalismo operário passa pela identificação das causas que impedem o seu sucesso. Em nosso entender, as formas de cooperação laboral transnacional enfrentam na actualidade dois conjuntos de obstáculos: o primeiro prende-se com as transformações estruturais que atravessaram o próprio trabalho nas últimas décadas, decorrentes das revoluções informática e comunicacional. Embora o trabalho se tenha convertido num recurso global, não pode falar-se num mercado de trabalho global, pois os mercados de trabalho são hoje mais segmentados do que outrora. O segundo tem que ver com um leque variado de factores que vão desde a tensão entre escalas de actuação laboral nacional e transnacional, ao tipo de objectivos visados por uma acção transnacional, à fraca reflexão teórica sobre o tema, etc. Vejamos mais em detalhe cada conjunto de obstáculos.

O primeiro conjunto de obstáculos reconduz-nos a alguns argumentos que têm servido para questionar a importância do trabalho: o desenvolvimento capitalista, com a robótica e a automação à cabeça, evoluiu gradualmente para uma sociedade de lazer; os dispositivos culturais que orientam a acção humana são cada vez menos determinados por esta e mais por práticas sociais situadas fora do espaço da produção, passando a interacção, em vez do trabalho, a constituir-se como principal referência de sociabilidade; a diminuição da importância do espaço-tempo da produção deu-se a partir do momento em que o movimento operário, os sindicatos e os partidos operários se

renderam, no final da década de sessenta, à lógica capitalista a troca de aumentos salariais, segurança no emprego e outros benefícios sociais, transformando o capital no único horizonte possível de transformação social; etc. (Santos, 1994: 265). De entre os principais impactos produzidos pelas transformações do capitalismo mundial sobre o trabalho, contam-se, por exemplo, a acção das empresas transnacionais (ETNs), que converte as economias nacionais em economias locais, dificultando os mecanismos sindicais de regulação nacional; o aumento do desemprego estrutural gerador de processos de exclusão social; a deslocalização dos processos produtivos e a predominância dos mercados financeiros sobre os mercados produtivos; uma crescente segmentação dos mercados de trabalho que conserva os segmentos degradados da força de trabalho abaixo do nível de pobreza; o desenvolvimento de uma cultura de massas dominada pela ideologia consumista e pelo crédito ao consumo; o aumento dos riscos contra os quais os seguros apropriados se revelam inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores, etc., etc. (Santos, 1995b: 134-135). Estas transformações da natureza do capitalismo conduziram a uma «mercantilização da própria cultura humana», permitindo sustentar que «o grande cisma, na nova era, é entre aqueles cujas vidas estão cada vez mais no ciberespaço e os que nunca terão acesso a este novo reino da existência humana» (Rifkin, 2000). Na «era da informação» (Castells, 1996-98), onde o capitalismo se globaliza, está ligado em rede, e se informatiza, confirmando uma «nova desordem capitalista global» (Waterman, 1998b: 350; 365-366; 2000b: 16-20; 2002: 33; 44), os cenários de capitalismo sem trabalho, de fraca mobilidade internacional de trabalhadores, de *apartheid* global, de individualização do trabalho ou de uma sociedade de actividades plurais composta por «trabalhadores temporários permanentes» são apenas alguns dos futuros laborais possíveis (Beck, 2000: 44-74).

Num contexto generalizado de «flexibilidade laboral global» (Standing, 1999) e de «desconstrução do mundo do trabalho» – patente na ocorrência de mudanças na sua organização interna, no tecido produtivo, na precarização do emprego, etc. (Boultanski e Chiappello, 1999: 291 e ss.) e, portanto, de mutações profundas quer nos «regimes de regulação» (que definem as regras que governam o comportamento no trabalho) quer nos «regimes de produção» (que definem o modo de produção de bens e serviços) (Waddington, 1999: 2; 14-24) –, fala-se mesmo numa «brasileirização» do Ocidente, assente na «irrupção do precário, descontínuo, impreciso e informal» (Beck, 2000: 9; 11; 102 ss.). Todas as actividades informais que funcionam à margem dos circuitos normais da economia anunciam, assim, outras tantas desigualdades que confirmam o peso das lógicas de exclusão social sobre o tecido produtivo (Ferreira e Costa, 1998/99: 143). Como refere Santos (1998: 23-24), a crise da contratualização moderna caracteriza-se pela predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão. E não obstante estes últimos chegarem mesmo a vigorar segundo formas avançadas que permitem uma compatibilização virtuosa dos valores da modernidade – liberdade, igualdade, autonomia, subjectividade, justiça, solidariedade –, o que é certo é que tais processos se reportam a grupos cada vez mais diminutos, ao passo que as formas

de exclusão são impostas a grupos muito mais amplos. Perante a erosão crescente do direito ao trabalho e dos direitos económicos e sociais (Supiot, 1999), combinada com o aumento do desemprego estrutural, assiste-se à «passagem dos trabalhadores de um estatuto de cidadania para um estatuto de lumpencidadania» (Santos, 1998: 28).

O segundo conjunto de obstáculos ao internacionalismo operário remete para uma pluralidade interligada de factores inibidores da cooperação fora dos espaços estritamente nacionais, delimitados pelas fronteiras dos países. Na verdade, um primeiro factor a considerar prende-se precisamente com a presença de estímulos de ordem nacional que são tidos como prioritários pelas organizações de trabalhadores. Perante a determinação de salários, condições de trabalho ou regimes jurídicos de âmbito nacional, é mais recorrente pôr a nu as diferenças entre países quer quanto à capacidade para mobilizar trabalhadores quer quanto à influência dos factores políticos, ideológicos e culturais na organização sindical (Teague e Grahl, 1992: 79; Sagnes, 1994a: 14; Bean, 1994: 48; Jensen, Madsen e Due, 1995: 9; Visser, 1995: 44-45; Gobin, 1998: 199-200; Turner, 1998: 211; Munck, 2000b: 99; Brunelle e Chaloult, 1999: 163; Ebbinghaus e Visser, 2000: 19; Gordon e Turner, 2000a: 22; 2000b: 256; Atleson, 2001: 20; Katz, 2001: 348; Bourdieu, 2001: 7). Nesse sentido, torna-se desajustado falar de uma desnacionalização dos sistemas de relações laborais (Traxler e Schmitter, 1995; Streeck e Schmitter, 1998; Streeck, 1998).

Um segundo factor limitativo do internacionalismo operário decorre da escassa teorização sobre o tema, a qual é também o reflexo de um fraco número de acções concretas de âmbito internacional (Devin, 1990: 9; Jensen, Madsen e Due, 1995; Armbruster, 1998: 21; Waterman, 1998a: 43; Ramsay, 1999: 194; Waddington, 1999: 3; Wills, 2001: 188).

Em terceiro lugar, as limitações financeiras contam-se entre as que são mais recorrentemente invocadas pelos sindicalistas um pouco por todo o mundo, visto que são necessários grandes recursos financeiros que sirvam de suporte a acções de cooperação internacional (Vigevani, 1998: 291). Inclusive no contexto europeu – onde são maiores as possibilidades de cooperação laboral transnacional do que em qualquer outro espaço regional ou mesmo mundial (Visser, 1998: 234-236; Ramsay, 1999: 214; Jacobi, 2000: 12; 21; 23; Dølvik, 2000: 73-74; 2002: 109; 113; Hyman, 2000: 159; Caire, 2000: 25; Rehfeldt, 2000: 79; Hoffmann, 2002: 132) –, a maior organização sindical, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), não dispõe de suporte financeiro suficiente proveniente das organizações nela filiadas, razão por que se tornou demasiado dependente dos apoios da Comissão Europeia (Waddington, Hoffman e Lind, 1997: 485; Waddington, 1999: 14).

Um quarto factor remete para a possível incorporação de uma lógica competitiva e conflitual nas estratégias de actuação laboral transnacional (Costa, 2000: 181). Tendo presente que a luta por melhores condições salariais num determinado país pode significar a degradação da relação salarial ou mesmo o aumento do desemprego noutra país, é legítimo pensar que os discursos da solidariedade operária internacional podem ser geradores de contrariedades e de conflitos entre diferentes países e sectores do movimento operário internacional (Ruzza, 1996: 125; Breitenfellner, 1997: 582; 596;

Ruzza e Le Roux, 2000: 32-33; Ramsay, 1997: 523; Mason, 2000: 74; Rehfedt, 2001: 351). Ou seja, mesmo as questões supostamente geradoras de um consenso laboral global, como a da inclusão dos padrões laborais (*labour standards*) nos acordos de comércio internacional, suscitam visões sindicais opostas consoante o grau de desenvolvimento dos países. É que, para além das resistências das ETNs, também as organizações sindicais dos países periféricos e semiperiféricos vêem nos padrões laborais mínimos uma forma de protecção discriminatório por parte dos países ricos (Santos, 1998: 50-51; 1999: 2-3; 2001: 75; Lee, 1997: 177; Compa, 1998: 2; Gunderson, 1998; Nash, 1998b: 3; Castro, 1999: 195; Leisink, 1999: 23; Ewing, 2000: 41, 48; Caire, 2000: 28; Helmons, 2000: 73-74; Jacobi, 2000: 17-18; Trubek, 2000: 2).

A oposição/resistência patronal constitui um quinto factor de entrave ao internacionalismo operário. Particularmente ao nível das ETNs, os empregadores, receando que nivelamentos salariais e de condições de trabalho possam criar desequilíbrios nos custos de produção, privilegiam a tática «dividir e reinar» (Hyman, 1999c: 108; 2000: 159; Ramsay, 1997: 524; 1999: 214; Castro, 2000: 122), reforçando frequentemente os mecanismos de exploração sobre a classe operária (Estanque, 2000).

Em sexto lugar, e *en guise* de desfecho dos factores anteriores, é problemático falar na existência de uma identidade sindical transnacional entre trabalhadores (Waddington, Hoffman e Lind, 1997: 485), sendo porventura mais correcto falar, num contexto generalizado de mutação das identidades sindicais (Hyman, 1996; 1999a; 1999b), em identidades laborais difusas (Costa, 2000: 174).

2. FORMAS ORGANIZACIONAIS DE INTERNACIONALISMO OPERÁRIO

Sistematizar a base institucional que serve de suporte ao internacionalismo operário é o nosso propósito nesta secção. Ao debruçarmo-nos sobre as principais formas organizacionais por ele adoptadas concedemos um tratamento preferencial ao sindicalismo, enquanto actor social de maior relevo do internacionalismo operário¹, como, de resto, está bem patente no espaço que lhe é reservado pelos diferentes estudos de caso deste livro. E ainda que nas últimas décadas se tenha tornado frequente enfatizar internacionalmente a ideia de crise(s) do sindicalismo², esse facto não retira de cena este «velho» protagonista social e não anula o seu papel de contrapoder, mesmo que este

¹ O internacionalismo sindical constituiu a primeira forma de auto-articulação dos trabalhadores na era capitalista «nacional/industrial/colonial», tendo dominado o internacionalismo operário no século XX (Waterman, 2000b: 3).

² A quebra das taxas de sindicalização é o factor mais invocado para justificar essa crise, embora a ausência de solidariedade entre militantes sindicais face à emergência do individualismo contemporâneo ou o enfraquecimento generalizado das estratégias e formas de luta sindical sejam também, entre outros, factores a considerar.

papel possa hoje estar a ser questionado (Gobin, 2000). Enquanto forma organizacional básica da classe trabalhadora (Munck, 1999: 15, 17; Munck e Waterman, 1999: ix; Gorz, 1999: 54) e estrutura que confere poder ao trabalhador (Murray, Lévesque, Roby e Le Queux, 1999: 161), o movimento sindical ocupa um lugar cativo (ainda que porventura cada vez menos exclusivo) nas iniciativas de emancipação social.

Na definição dos contornos organizacionais do internacionalismo operário, podem assinalar-se vários níveis de intervenção sindical transnacional: mundial, regional, sectorial e de empresa (Caire, 2000: 22-24). No primeiro nível encontramos essencialmente as grandes *confederações sindicais mundiais*: a Federação Sindical Mundial (FSM), constituída em 1945, basicamente dominada pelos sindicatos dos países comunistas. A queda do Bloco de Leste conduziu praticamente ao seu desaparecimento; a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), criada em 1949, num clima de Guerra Fria e como resposta à influência comunista na FSM. Agrupando na altura a maior parte dos sindicatos não alinhados com o Bloco de Leste, incluindo-se aqui tanto formas de sindicalismo reformista – de tipo socialista e social-democrata – como formas de sindicalismo associadas ao departamento de Estado americano e a todas as suas instituições (Sagnes, 1994b: 499), a CISL é hoje a única grande organização sindical mundial, possuindo 231 organizações filiadas em 150 países e territórios nos 5 continentes, num total de 158 milhões de membros (ICFTU, 2003: 1); e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), herdeira da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC), que viria, em 1968, a substituir esta organização afirmando-se como uma espécie de terceira via situada entre a FSM e a CISL.

Em segundo lugar, no patamar regional, situam-se as *organizações sindicais regionais*. O maior destaque vai para a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), constituída em 1973, como corolário do processo de construção europeia. Mas há também que considerar as organizações regionais das confederações sindicais mundiais, como são os casos da Organização Regional Interamericana de trabalhadores (ORIT)³, da Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT), da Organização Unitária dos Sindicatos Africanos (OUSA), da Organização Regional Ásia-Pacífico (ORAP) ou da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA).

Em terceiro lugar, no registo sectorial, situam-se os Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs), a mais duradoura forma de organização sindical (Lee, 1997: 6-7), constituída no final do século XIX (1889). Trata-se de organizações sindicais sectoriais que representam mundialmente os trabalhadores de um determinado sector de activi-

³ No contexto da América Latina, mais especificamente à escala do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, criado em 1991), deve ser mencionada, desde 1986, a presença da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), que coordena a actuação das organizações sindicais dos países do Cone Sul. Foi constituída com o apoio da ORIT, sendo composta por centrais sindicais dos quatro países do MERCOSUL, mas igualmente do Chile e da Bolívia (membros associados do MERCOSUL) (Castro, 1999: 211).

dade. Embora actuando preferencialmente no plano internacional, estas federações sindicais – que a partir de 2002 passaram a designar-se Federações Sindicais Globais (FSGs) – têm também as suas representantes à escala regional, com destaque particular para as Federações Sindicais Europeias (FSEs), filiadas na CES.

Os SPIs desempenharam um papel importante na quarta forma organizacional de internacionalismo operário, pelas tentativas de impulsionarem, há quarenta anos atrás, a criação de Conselhos Sindicais de Empresa Mundiais (CSEM) nas ETNs (Moody, 1997b: 234; Rehfeldt, 2000: 78; Wills, 2001: 184-187), destinados a reforçar a colaboração sindical transnacional, embora inicialmente não fossem orientados para busca de uma negociação colectiva internacional (Stevis, 1998: 63; Gumbrell-McCormick, 2000b: 34). Por se terem tornado demasiado burocráticos e dependentes de uma força de trabalho sindicalizada e devido às distintas condições de trabalho entre países, os CSEM viram o seu impacto nas relações laborais ao nível das ETNs muito limitado (Stevis e Boswell, 2000: 155; Linden, 2000: 523; Wills, 2001: 186). Ou seja, os Conselhos de Empresa Europeus (CEEs), orientados para a informação e consulta dos trabalhadores nas ETNs, bem como algumas experiências já existentes de Conselhos de Empresa Mundiais (CEMs), são presentemente a expressão mais avançada de um internacionalismo operário ao nível da empresa.

Qualquer dos níveis organizacionais acima mencionados em que se movem os protagonistas do internacionalismo operário não deixa, obviamente, de contemplar também organizações sindicais locais e nacionais, até porque o internacionalismo operário *em acção* pode derivar simplesmente de constantes e recíprocas acções de solidariedade entre centrais sindicais e sindicatos de dois ou mais países, pertencentes ou não ao mesmo bloco regional. Mas outras modalidades de internacionalismo operário podem também ser mencionadas: a dinamização de debates e acções conjuntas entre as confederações sindicais mundiais visando cumprimento dos padrões laborais mínimos estabelecidos pela OIT; a participação das organizações sindicais regionais em *fora* institucionais de âmbito regional; as negociações entre ETNs e organizações de trabalhadores de dois ou mais países, envolvendo por exemplo a informação e consulta de trabalhadores; as negociações colectivas entre ETNs e FSGs, envolvendo, por exemplo, acordos sobre códigos de conduta destinados a respeitar direitos laborais; a organização de greves e formas de protesto público à escala transnacional; as redes regionais e internacionais de sindicatos em defesa dos direitos laborais; a fusão de sindicatos como forma de tornar mais coesa a organização operária internacional, etc.

3. TEORIAS E DEBATES

Sem pretensões de exaustividade, propomos recuperar agora algumas das teorias e dos debates que têm sido esgrimidos em redor do internacionalismo operário. Por elas e por eles perpassa a questão, para nós central, das continuidades e rupturas entre o pas-

sado e o futuro do internacionalismo operário, isto é, entre o velho e o novo internacionalismo operário. Tal questão está, aliás, presente no próprio conceito de internacionalismo. Dada a variedade e fragmentação de articulações operárias transnacionais, talvez seja preferível falar de internacionalismos como propõe Waterman (1998a: 52). Mas o conceito mais correcto é talvez o de cosmopolitismo, na medida em que muitas das articulações transnacionais combinam hoje temas tradicionalmente operários com outros temas e neles intervêm movimentos sociais diversos⁴. Para Boaventura de Sousa Santos (2001: 73-74; 2002: capítulo 9), o conceito de cosmopolitismo subalterno – revelador de práticas e discursos de resistência contra as trocas desiguais no sistema mundial tardio e apenas possível nas margens deste como prática e discurso contra-hegemónicos gerados em coligações progressistas de classes ou grupos subalternos e seus aliados –, embora invoque a crença de Marx na universalidade daqueles que, no capitalismo, somente têm a perder as suas grilhetas, deve distinguir-se do universalismo da classe trabalhadora marxista. É que para além da classe operária de Marx, as classes dominadas podem actualmente agrupar-se em mais duas categorias, nenhuma delas possuindo necessariamente uma base classista:

Por um lado, sectores consideráveis ou influentes das classes trabalhadoras dos países centrais, e até dos países semiperiféricos, têm hoje mais a perder do que as grilhetas, mesmo que esse «mais» não seja muito mais, ou seja, mais simbólico do que material. Por outro, vastas populações do mundo nem sequer têm grilhetas, ou seja, não são suficientemente úteis ou aptas para serem directamente exploradas pelo capital e, conseqüentemente, a eventual ocorrência de uma tal exploração soaria como libertação. Em toda a sua variedade, as coligações cosmopolitas visam a luta pela emancipação das classes dominadas, sejam elas dominadas por mecanismos de opressão ou de exploração. Talvez por isso, contrariamente à concepção marxista, o cosmopolitismo não implica uniformidade e o colapso das diferenças, autonomias e identidades locais. O cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objectivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in loco* através das ligações transnacionais/locais (Santos, 2001: 74).

Considerando que pouco esforço tem sido feito no sentido de edificar uma base teórica para analisar o sindicalismo transnacional, Ramsay (1999: 194-212) propõe que sejam levadas em linha de conta seis abordagens teóricas, distintas entre si, como forma de ir ao encontro de uma «teoria sindical internacional». Conjugada em arti-

⁴ Para uma discussão, daí decorrente, da noção de solidariedade no internacionalismo operário, cf. Zoll (1996), Valkenburg (1996), Valkenburg e Beukeuma (1996), Lind (1996), Waterman (1998b: 362-364), Hyman, (1999b), Ruzza e Le Roux (2000) ou Munck (2000a: 391-392). Veja-se igualmente o «Global Solidarity Dialogue», coordenado por Peter Waterman e disponível em <http://www.antenna.nl/~waterman/>.

culação com a negociação colectiva multinacional – que para o autor é o «graal do movimento operário internacional» (1997: 520) –, a busca dessa teoria visa não só sistematizar debates passados como estimular reflexões futuras sobre o internacionalismo operário. O *optimismo evolucionista*, o *cepticismo da gestão*, o *pessimismo de esquerda*, o *agnosticismo de esquerda*, o *alternativismo nacional* e as *teorias da contigência* são as designações das seis abordagens teóricas. Os contributos do antigo secretário-geral da Federação Química Internacional estão na base do *optimismo evolucionista*. Para Charles Levinson (1972; 1974), o crescimento do poder das empresas multinacionais deveria ser contrabalançado com o crescimento de uma negociação colectiva multinacional capaz de gerar um equilíbrio democrático. Nesse sentido, Levinson previu o desenvolvimento do sindicalismo internacional em três fases: a primeira passaria pela concessão de apoio internacional (por parte do SPI correspondente do sector) aos sindicatos envolvidos em conflitos locais com a ETN; a segunda consistiria na emergência da negociação multinacional, ainda que limitada aos sectores mais bem organizados das ETNs; e a terceira fase passaria pela negociação centralizada quer com a sede da empresa quer com as filiais. Em síntese, Levinson considerou, nos anos setenta, que o alargamento da democracia industrial à escala internacional seria inevitável.

A abordagem dos *cépticos da gestão* sobre o sindicalismo internacional viria contrariar as teses de Levinson, ao sustentar que a maior parte dos obstáculos a uma negociação colectiva multinacional residiam sobretudo na própria esfera laboral. Esta caracterizava-se por: falta de entusiasmo por parte dos sindicatos; divisões religiosas e ideológicas; incompatibilidade de interesses entre os movimentos operários dos países desenvolvidos e menos desenvolvidos; ausência de enquadramentos legais uniformes e de práticas de negociação colectiva entre países; fraco interesse numa solidariedade internacional. Por outro lado, os *pessimistas de esquerda* criticaram também directamente o optimismo de Levinson e a sua visão pluralista de que o poder do capital seria democraticamente contrabalançado pelo trabalho no sistema capitalista. Embora haja algumas semelhanças com a escola dos cépticos da gestão, os pessimistas de esquerda preferiram lamentar, em vez de realçar, as fraquezas do trabalho. Tendo as suas raízes nas tentativas de construção de um novo internacionalismo operário depois da Segunda Guerra Mundial, os pessimistas de esquerda argumentam que as ETNs retiraram completamente espaço de manobra ao trabalho, pois dividiram os trabalhadores em distintas partes do mundo, pondo-os uns contra os outros. Como mostraram Fröbel, Heinrichs e Kreye (1980), uma «nova divisão internacional do trabalho» minou as possibilidades de solidariedade dos países desenvolvidos para com os trabalhadores dos países menos desenvolvidos e com custos de produção mais baixos. Por outro lado, o pessimismo de esquerda colocou ainda ênfase, ao contrário de Levinson, na politização das lutas sindicais como única saída viável para a superação das tendências de nacionalismo. Mas a esquerda desenvolveu, segundo Ramsay (1999: 203), uma versão menos pessimista e opressiva do internacionalismo operário, designada *agnosticismo de*

esquerda e orientada para a combinação de laços organizacionais, mobilização política e participação local. Trata-se de uma abordagem teórica mais moderada e inclusive indeterminada, porque alerta para os «contras» mas igualmente para os «prós» associados ao sindicalismo internacional. Na verdade, se os pessimistas de esquerda descreviam apenas cenários demasiado negativos para o trabalho, os agnósticos de esquerda não deixavam de mencionar as conquistas, como, por exemplo, a constituição da CES (1973), considerada a mais vigorosa estrutura sindical com actividades unificadas externamente.

A quinta abordagem aqui revista, o *alternativismo nacional*, concede uma prioridade aos factores de organização sindical nacional. Reconhece igualmente a existência de obstáculos a uma negociação colectiva multinacional, mas considera prioritário combater os capitalistas e as multinacionais no campo doméstico, local, em vez do internacional. Considera igualmente prioritário o apoio governamental por este ser mais apropriado aos esforços e a reivindicações sindicais do que à pressão internacional sobre as ETNs. Por fim, as *teorias da contingência* remetem-nos para um conjunto de factores de contingência, que variam consoante o contexto, mas que procuram perceber as implicações da negociação colectiva multinacional na organização sindical de acordo com critérios não monolíticos. Evitando as generalizações vagas, factores de contingência como o tipo de estrutura da empresa (se possui ou não uma propriedade unificada e uma estrutura de gestão integrada), as estratégias de curto e de longo prazo, o ciclo de vida do produto, a cultura organizacional, a predisposição para o diálogo social, etc., conferem ao sindicalismo, na sua perspectiva de actuação internacional, o acesso a informações sobre as forças e as fraquezas das ETNs, permitindo-lhe optar pela estratégia considerada mais adequada.

Subsidiários, em grande medida, dos desenvolvimentos produzidos no domínio da gestão de recursos humanos, os argumentos sustentados por estas escolas de pensamento, apesar da maior parte deles enunciados há décadas, conservam sinais de actualidade. Reflectem teoricamente sobre problemas e obstáculos concretos que se colocam nos nossos dias ao internacionalismo operário e de que já fomos dando conta acima. Na esteira da União Europeia (UE), as últimas décadas assistiram à emergência de blocos regionais, como o North American Free Trade Agreement (NAFTA) ou o MERCOSUL e nesse sentido desafiam também teoricamente o sindicalismo transnacional, colocando-o perante o dilema entre internacionalismo *versus* regionalismo. Embora qualquer destas opções contemple uma unidade operária transnacional, a simples constatação de que existe um «espaço de produção» europeu dominante que produz mais de 90% do que consome (Hoffmann e Hoffmann, 1997: 9; Hyman, 2001: 172; Dølvik, 2002: 87) pode anunciar tensões entre os níveis regional e internacional, pois o reforço de uma unidade laboral regional pode ser feito à custa da desunião do movimento sindical internacional (Gumbrell-McCormick, 2000a: 43). Por outro lado, porém, perspectiva-se igualmente um cenário de complementaridades, desde logo se as experiências bem sucedidas num determinado espaço regional forem transpostas para

um espaço mundial (Sachwald, 1997: 134; Chaloult e Almeida, 1999: 9)⁵. Nesse caso, pode sustentar-se que a integração sindical nos espaços regionais cumpre uma função de intermediação entre *raízes* sindicais nacionais (concepções, estrutura e práticas sindicais nacionais) e *opções* laborais globais (solidariedade operária internacional) (Costa, 2002: 71)⁶.

A relação entre *globalização e trabalho* constitui um dos debates mais recorrentes e recentes em redor das possibilidades emancipatórias do internacionalismo operário. Perante os múltiplos impactos destruturadores sobre a esfera laboral provocados pelo (in)evitável fenómeno da globalização da economia – tais como a destruição do equilíbrio entre produção e reprodução da força de trabalho, a desregulamentação dos mercados de trabalho, o aumento do desemprego e da insegurança no emprego, a deslocalização dos processos produtivos, a crise do sindicalismo e do poder negocial dos sindicatos, etc. (Leisink, 1999: 3; Lambert, 1999: 213; Moody, 2000: 5; Le Roux, Fouquet e Rehfeldt, 2000: 213-214) –, intensificaram-se os estudos sobre as estratégias de resistência e as respostas do movimento operário⁷. É certo, como afirma Munck (1999: 20), que «o reconhecimento do processo e impacto da globalização não conduz automaticamente a um novo internacionalismo operário». Porém, a globalização permite que as forças emancipatórias tenham uma visão de conjunto do mundo, adquiram uma compreensão das conexões entre «civilização» e «barbarismo» e aspirem à construção de estratégias orientadas para uma civilização da sociedade global (Waterman, 2000a: 136). Pelo facto de realçar a crise do movimento operário, a globalização «força a uma reconsideração das questões da identidade sindical e dos termos de inclusão e exclusão» (DeMartino, 1999: 84) e fornece motivos para que, diante do cerco dos direitos sindicais, se procure fazer algo, reagindo de forma organizada e responsabilmente colectiva (Ewing, 2000: 20; Mazur, 2000: 86).

O questionamento dos poderes do Estado tem servido igualmente para alguns autores justificarem os contornos desta relação entre trabalho e globalização. Para Charles Tilly (1995: 4, 22), a globalização é a principal causa do enfraquecimento dos poderes do Estado enquanto entidade responsável pela garantia dos direitos dos trabalhadores. Em seu entender, ao declínio dos Estados corresponde, assim, um declínio dos direitos laborais. Para Wallerstein (1995: 24), porém, existe uma dupla relação entre o capital transnacional (as ETNs) e o Estado. As ETNs precisam dos Estados para

⁵ Como sucede, por exemplo, com a criação de Conselhos de Empresa Mundiais (CEMs) tendo por base a experiência mais consolidada dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs).

⁶ Para uma compreensão teórica contemporânea do sindicalismo regional e dos imperativos industriais, políticos e ideológicos que se lhe colocam, cf. Abbott (1998: 624-625).

⁷ Essa é, aliás, a linha dominante dos estudos de caso adiante apresentados, bem como de um conjunto de livros recentes sobre o tema, tais como os de Munck e Waterman (orgs., 1999), Waddington (org., 1999), Leisink (org., 1999), Fouquet, Rehfeldt e Le Roux (orgs., 2000), Gills (org., 2000), entre outros.

assegurarem as suas tentativas globais de monopolização e os lucros elevados, bem como para que aqueles limitem as exigências dos trabalhadores. Por outro lado, as ETNs combatem os Estados enquanto estes agirem como protectores de interesses «antiquados» e forem demasiado sensíveis às pressões dos trabalhadores. Numa linha próxima desta, em que os Estados são vistos como instrumentos de controlo capitalista, Hobsbawm entende que a globalização ainda não encontrou formas de substituir o Estado, pois este «permanece como principal mecanismo de redistribuição do rendimento social entre classes e regiões» (Hobsbawm, 1995: 43)⁸.

Um segundo debate interligado com o anterior emergiu recentemente no seio do movimento sindical internacional e ficou conhecido como *debate do milénio*. Trata-se de um debate que centralizou atenções no XVII Congresso Mundial da CISL (Abril de 2000), mas que vem suscitando o interesse conjunto da CISL e da OIT desde 1999. O debate do milénio visa construir um movimento sindical internacional mais unificado, homogéneo e eficiente, dotado de um verdadeiro poder de negociação com as ETNs e instituições internacionais (Demaret, 2000: 1). O desafio teórico subjacente a este debate é o do diálogo sindical Norte-Sul, traduzido na construção de uma solidariedade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e na edificação de instituições globais e regionais democráticas e responsáveis (ICFTU, 2000b: 1). Trata-se, na verdade, de um passo fundamental para o futuro do internacionalismo operário. Porém, para Waterman (2000b: 11-14; 2002: 50) tal debate tem vindo a centrar-se excessivamente nas próprias organizações responsáveis pela sua promoção e tem esquecido algumas questões verdadeiramente importantes para o internacionalismo operário, como as discussões em torno das noções de «solidariedade internacional» ou do significado da própria expressão «internacionalismo», reforçando, nesse sentido, um discurso e uma prática sindicais compostos por protagonistas típicos do «centro»: brancos, anglo-saxónicos e homens.

O alerta do secretário-geral da ORIT (organização regional da CISL para as Américas) enquadra-se igualmente nesta linha de pensamento. Ele é tanto mais importante quanto provém de uma organização que, estando filiada organizacionalmente no «Norte» (isto é, na CISL, sediada em Bruxelas) e tendo conhecido décadas de instrumentalização por parte do sindicalismo norte-americano protagonizado pela American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) (Stavis, 1998: 14; Jakobsen, 1998: 307; Castro e Wachendorfer, 1998: 20), representa os trabalhadores do «Sul» (essencialmente da América Latina). Para Luís Anderson, o que está em causa quando se pensa na CISL é, afinal, o reconhecimento de que «uma organização sindi-

⁸ Para mais considerações sobre esta discussão, em que, por um lado, se deixa de olhar o Estado como uma fonte de governação global (Ohmae, 1996) e, por outro lado, se sustenta que o Estado-nação não é passado e que o tempo das nações não terminou (Boyer e Drache, 1996; Boyer, 1997), pois o recurso ao Estado permanece ainda como uma fonte para o movimento sindical (Delaunay, 2000: 122), cf. ainda, entre outros, Ferner e Hyman (1998: xviii-xxii), Chaykowski e Gilles (1998: 18-20) ou Waddington (1999: 11-14).

cal destinada a ser a voz de todos os trabalhadores do mundo e cujos filiados são provenientes maioritariamente do Sul do planeta não pode ser dirigida quotidianamente, de forma exclusiva, por sindicalistas de países do Norte» (Anderson, 2000: 29)⁹. Nesse sentido, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, através daquele que foi o seu secretário de relações internacionais entre 1994 e 2002, Kjeld Jakobsen, defendeu uma maior influência do Sul e a implementação de reformas dentro da estrutura burocrática da CISL. A opção por uma estratégia de descentralização, traduzida na criação, no XIV congresso continental da ORIT (1997), do cargo de secretário-geral adjunto no seio da estrutura da ORIT foi um exemplo disso. Tratou-se da «primeira iniciativa de nível internacional de mudar a estrutura de poder tradicional, centralizada na figura de um secretário-geral» (Jakobsen, 1998: 314). Esse facto deve, como tal, ser visto como um ponto de partida e não como um ponto de chegada no sentido de conferir uma maior representação aos interesses do Sul. Em nosso entender, o adensamento de uma consciência crítica gerada a partir do interior do próprio «sindicalismo do Sul» é uma condição importante para a reinvenção do novo internacionalismo operário.

As discussões sobre os *padrões internacionais de trabalho* e a sua inclusão nos acordos de comércio internacional encerram um terceiro debate em que o internacionalismo operário é parte interveniente e interessada. Trata-se de um debate mais antigo que os anteriores¹⁰, mas que está em estreita articulação com eles. Por um lado, este debate readquiriu maior interesse nos últimos anos porque a globalização da economia veio estimular a competitividade internacional e introduzir uma crescente flexibilidade nos sistemas de produção. Num contexto em que a revolução nos sistemas de comunicação confere ainda maior visibilidade pública às práticas de exploração do trabalho, as ansiedades em redor do trabalho e da sua perda aumentam não só entre sindicatos como nas próprias organizações não governamentais (ONGs) (Lee, 1997: 175-176; Gunderson e Riddell, 1995). A defesa de uma cláusula social aparece, assim, associada

⁹ Como pode ler-se no «documento base» do XV Congresso Continental da ORIT (Washington DC, 23-26 de Abril de 2001), quase metade dos filiados na CISL é proveniente dos países em desenvolvimento, sendo também maioritariamente provenientes desses países as 90 organizações que se filiaram entre 1990 e 1999. No entanto, essa realidade não se reflecte nos órgãos directivos da CISL, pois «tanto a CISL como todos os SPIs são dirigidos por representantes do mundo desenvolvido, o que não só carece de justificação política e ética», como retira motivação a eventuais novas adesões de organizações do mundo em desenvolvimento (ORIT, 2001: 56). Daí que o principal desafio da CISL seja o de mudar a sua natureza e estilo no sentido de criar uma «máquina de luta capaz de liderar a classe trabalhadora em redor de uma plataforma mínima de exigências que inverterá a marginalização dos trabalhadores e dos pobres» (COSATU, 2001: 2); cf. ainda COSATU (2001: 4, 5, 10) e CUT (2001: 19).

¹⁰ Basta ver que a OIT foi constituída em 1919 e as convenções mais importantes da OIT (as convenções 87 e 98) têm mais de 50 anos, embora as primeiras iniciativas de articulação entre padrões laborais e comércio remontem aos filantrópicos e intelectuais da burguesia europeia do século XIX (Haworth e Huges, 1997: 181).

a uma dimensão social da globalização e representa um «ponto de viragem na discussão sobre os padrões mínimos de trabalho à escala global» (Ferreira, 2001: 285).

Por outro lado, e como referimos atrás, os padrões internacionais de trabalho convocam-nos, *grosso modo*, para uma dupla visão do mundo, de polarização mesmo (Trubek, 2000: 1-2), que, tal como a que ainda se verifica no movimento sindical mundial e que o debate do milénio veio avivar, coloca frente a frente defensores e opositores da «cláusula social» enquanto mecanismo para a aplicação de *core labour standards* (liberdade de associação, liberdade sindical e direito à negociação colectiva; proibição do trabalho forçado; eliminação do trabalho infantil; igualdade de tratamento e não discriminação no emprego, que coincidem com as principais convenções da OIT). Para os primeiros, essencialmente os países desenvolvidos, é defensável uma articulação entre padrões internacionais de trabalho e a liberalização do comércio internacional. Nesse sentido, a violação de padrões internacionais de trabalho previamente acordados constituiria um pretexto para a imposição de sanções comerciais aos prevaricadores (Lee, 1997: 176)¹¹. Para os segundos, os países em desenvolvimento, a aplicação de padrões universais de trabalho nos países mais pobres levaria à destruição das capacidades desses países competirem nos mercados mundiais e, conseqüentemente, a um aumento do desemprego, a uma quebra nos padrões de vida e a um travão no desenvolvimento (Sibley, 2000: iii). Daí a insistência destes países na necessidade de decidirem por eles próprios o tipo de padrões que melhor servem o seu nível de desenvolvimento (Raynauld e Vidal, 1998: 3).

Na vertente acabada de referir, este debate é muito condicionado pela presença dos Estados e pelos padrões de desenvolvimento dos países. Apesar de a cláusula social, ao visar associar uma cláusula a um acordo de comércio multilateral, obrigar os governos, sob pena de sanção, a respeitarem os direitos fundamentais dos trabalhadores (Chin, 1998: 17), verifica-se, por exemplo, que a ratificação ou não das convenções da OIT depende em última instância da vontade política dos Estados. Muitos Estados não chegam sequer a enviar para a OIT os relatórios relativos à aplicação das convenções (Ewing, 2000: 38), o que choca igualmente com os atributos de ordem humanitária que originariamente estiveram subjacentes à expressão «padrões laborais»¹². A *mise en*

¹¹ Para uma discussão das posições da OIT e da Organização Mundial do Comércio (OMC) face à inclusão da cláusula social baseada em mecanismos de sanção, cf. Haworth e Huges (1997: 189-193) e Ewing (2000: 39; 46-48). Em complemento, refira-se que a concessão de preferências às importações de países em desenvolvimento constitui um recurso adoptado por países desenvolvidos como os Estados Unidos da América, nomeadamente através de um Sistema Geral de Preferências (SGP), embora essa concessão se encontre condicionada a exigências de ordem social. Isto significa que sobre os países em desenvolvimento pode ser exercida uma «condicionalidade negativa» sempre que não cumpram os padrões internacionais de trabalho da OIT. Sobre este assunto, cf. CUT/CFDT (1996), Frundt (1998) e Thorstensen (1999).

¹² Para uma precisão do significado desta expressão, cf. Deakin e Wilkinson (1994: 290-292), Raynaud e Vidal (1998: 3-6), ou Torres (2000: 79), entre outros.

place, em 1998, de uma «iniciativa comercial ética» apoiada pelo governo britânico e envolvendo empresas, sindicatos e ONGs, visando a implementação de políticas de comércio éticas com impactos directos sobre as vidas dos produtores, fornecedores e trabalhadores nos países em desenvolvimento, é claramente uma estratégia mediante a qual os Estados podem desempenhar um papel interventivo neste debate (Ewing, 2000: 42). Porém, nos últimos anos, e apesar de não se tratar de um fenómeno novo, uma outra vertente que poderíamos designar por «extra-estatal» tem vindo a ganhar peso no debate sobre os padrões internacionais de trabalho: prende-se com a adopção de «códigos de conduta» por parte das ETNs, uma «nova opção através de uma auto-regulação do sector privado usando a vigilância da sociedade civil» (Compa, 2001: 5).

Segundo a CISL, os códigos de conduta revelam que a «responsabilidade social» constitui um elemento importante das estratégias de *marketing* das ETNs. Em todo o caso, subsistem várias limitações associadas à sua implementação: existem demasiados códigos de conduta redigidos pelos departamentos de relações públicas das ETNs, o que acaba por ocultar, em vez de denunciar, a realidade das condições de trabalho em que se encontram muitas filiais, fornecedores e contratantes (ICFTU, 2000a: 8; Jones, 1999: 9); por outro lado, para além do carácter voluntário que lhes subjaz, são frequentemente adoptados de forma unilateral, de modo a evitarem o envolvimento sindical (Gibbons, 2001: 3), situando-se à margem da legislação (Veiga, 1999: 177); pautam-se por padrões extremamente baixos, tais como compromissos de condescendência com leis e práticas locais, que envolvem, por exemplo, o pagamento por parte dos contratantes de um mínimo de compensação de acordo com essas leis. Todavia, o pagamento mínimo por lei em muitos países é bem inferior aos níveis de subsistência (Booth, 1997: 8); têm sido escassos o controlo e a verificação da implementação dos códigos elaborados pelas ETNs (Ewing, 2000: 44; Murray, 2001: 12), razão pela qual aplicar os códigos voluntários na prática, fazendo-os «descer à terra», constitui uma questão central neste debate (Yanz e Jeffcott, 2001: 8-10; Compa e Hinchliffe-Darricarrere, 1995)¹³.

Estes obstáculos poderão inclusive sugerir que as cláusulas sociais não devem estar no centro de uma estratégia sindical internacional, pelo facto de, ao reduzirem a acção sindical a acordos comerciais baseados em *lobbies*, acabarem por vezes na prática por realçar sobretudo as acções anti-sindicais das ETNs, iludindo, como tal, as necessidades e problemas reais dos trabalhadores (Cueva, 2000: 185). Porém, não pode descurar-se o papel fundamental desempenhado pelas organizações de trabalhadores neste debate: o desenvolvimento de acções internacionais orientadas para a negociação de «acordos comerciais éticos» (Ewing, 2000: 50; 54) com as ETNs sobre a aplicação dos padrões laborais da OIT e sobre as possíveis sanções a aplicar às ETNs que os não cum-

¹³ Uma análise dos códigos de conduta enquanto componente do debate sobre os padrões internacionais de trabalho pode encontrar-se nos números temáticos da revista *International Union Rights*, vols. 7 (2) (2000) e 8 (3) (2001).

prirem e que não forem, portanto, «socialmente responsáveis» (Jennings, 2001: iv). Perante o constante desrespeito pelos direitos laborais por parte das ETNs, o desafio da construção de uma solidariedade assente num «conhecimento-emancipação», baseado numa trajectória de um estado de ignorância (concebido como colonialismo) para um estado de saber (concebido como solidariedade) (Santos, 1995a: 25; 2000: 74), constitui, mais do que nunca, uma tarefa de inclusão obrigatória na agenda do internacionalismo operário contemporâneo.

4. A RELAÇÃO ENTRE O VELHO E NOVO: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Até aqui seleccionámos alguns dos obstáculos, formas organizacionais, teorias e debates contemporâneos associados ao internacionalismo operário, sem termos procedido à identificação dos principais matizes que distinguem o «novo internacionalismo operário» das velhas formas de internacionalismo proletário. Tratando-se de tópicos de discussão actual, serão eles sinónimo de um novo internacionalismo operário? O que distingue o velho do novo internacionalismo? Que elementos de continuidade e de ruptura existem entre ambos? É sobre estas interrogações que seguidamente nos centramos.

Em nosso entender é crucial adoptar uma postura de equilíbrio entre o velho e o novo internacionalismo operário, quer porque muitas das promessas do internacionalismo proletário tradicional – como a solidariedade operária internacional, por exemplo – continuam por cumprir (pelo menos na totalidade), quer porque as ambições de que o novo internacionalismo operário pretende ser portador estão também elas sujeitas a obstáculos, quer ainda porque a distinção entre o velho e o novo internacionalismo não é incontroversa. Torna-se, por isso, necessário problematizar a relação entre o velho e o novo internacionalismo operário. Se é certo que à medida que a estruturação e organização dos velhos paradigmas do trabalho se dissolve novas formas se vão desenvolvendo (Munck, 1999: 14), também é verdade que as «velhas questões» não são irrelevantes e os «velhos actores» não são incapazes de mudar (Adkin, 1999: 216). A proposta de uma síntese entre continuidade e transformação, de um «olhar para o velho internacionalismo operário sob novas formas» (Waterman, 1999: 248, 254) e da construção de novos projectos de solidariedade global onde a «restituição» – aceitação dos erros do passado/uma «solidariedade com o passado» – seja apreendida como uma das componentes do projecto de solidariedade global futuro (Waterman, 1998a: 231) são, pois, três ideias convergentes que devem ser levadas em consideração na forma de perspectivar a relação entre o velho e o novo internacionalismo operário.

4.1. O velho internacionalismo operário: entre passados perdidos e reencontrados

Em nosso entender, uma das facetas em que o internacionalismo operário perdeu o seu passado, isto é, em que não foi capaz de fazer vingar as suas velhas aspirações, reside

precisamente nos seus pressupostos teóricos. Segundo Hyman (1999b: 95), o velho internacionalismo operário assentou em pelo menos três pressupostos: em primeiro lugar, na ideia de que o proletariado seria o grande protagonista de uma emancipação humana destinada a libertar a classe operária da perda de humanidade a que fora votado no contexto da sociedade burguesa; em segundo lugar, na crença de que o avanço do capitalismo seria sinónimo de homogeneização do proletariado; em terceiro lugar, na ideia de que essa homogeneização permitiria criar uma comunidade de interesses organizada como «classe» por agentes de luta colectiva – os sindicatos – e rejeitando todo o tipo de nacionalismos e rivalidades entre Estados-nação. Originariamente, o movimento operário era concebido como internacional em estrutura e como internacionalista em objectivo (Waterman, 1998a: 17; Hobsbawm, 1988: 10). Porém, não só o proletariado se revelou incapaz de libertar a classe operária da opressão capitalista, como a sua homogeneização não se concretizou, não obstante a confirmação do sindicalismo como principal força organizacional da classe operária. Por outro lado, a vinculação do internacionalismo sindical tradicional do século XIX aos espaços nacionais (Waterman, 1998a: 20, 26, 51) rejeitou igualmente a ambição internacionalista contida no terceiro pressuposto. Como referimos anteriormente, para além de constituir nos nossos dias um obstáculo ao internacionalismo operário, esta ligação aos espaços nacionais é uma das principais heranças do velho internacionalismo que o século XX confirmou e a actualidade continua a não desmentir. Nesse sentido, constitui igualmente um reencontro pouco feliz com o passado do internacionalismo operário.

O desaparecimento das primeiras formas organizacionais de internacionalismo operário – as Internacionais Operárias – remete-nos igualmente para um passado perdido do internacionalismo operário. Se a *Primeira Internacional* (1864) foi atravessada por enormes divergências internas entre marxistas, proudhonistas e bakuninistas (Holthoon e Linden, 1988: vii), na *Segunda Internacional* (1889) imperou o fervor colectivo e na *Terceira Internacional* (1919) o dogma partidário (Nash, 1998a: 1)¹⁴. As confederações sindicais mundiais que se lhe seguiram na segunda metade do século XX, FSM, CISL e CMT, apesar de portadoras de distintas orientações e concepções, viriam, porém, a apresentar características comuns: distanciamento entre lideranças e bases sindicais; persistência das influências decorrentes do contexto de Guerra Fria; tendência para a reprodução da estrutura e comportamento do Estado-nação e das agências interestatais; demasiado dependência dos princípios de um sindicalismo sediado no «Norte»; inspiração nas estratégias e ideologias europeias e norte-americanas vindas do século XIX e da primeira metade do século XX – social-democracia, comunismo, sindicalismo de negócios e cristianismo social; redução da complexa realidade da popu-

¹⁴ Para uma análise da história e das contrariedades que atravessaram as internacionais operárias, cf. Abendroth (1973), Kriegel (1974), Holthoon e Linden (orgs., 1988); Demaldent (1990), Piqueras (1995), Stevis (1998), Linden (2000: 521-540), entre outros.

lação trabalhadora mundial ao modelo do trabalhador sindicalizado e masculino; etc. (Waterman, 1998a: 112-113; 2002: 34-40). Ainda que estas organizações sindicais mundiais tenham contribuído para moldar a contemporaneidade do internacionalismo operário, o tipo de práticas que perfilham reconduz-nos a um conjunto de erros do passado que importa não reproduzir. Não raras vezes, porém, o movimento operário internacional prefere as táticas e diplomacias de gabinete em vez de usar o poder da classe trabalhadora, prefere a negociação com círculos sindicais restritos e financeiramente apetrechados em detrimento do debate amplo com o grosso do movimento sindical, prefere realizar «em *off*» as discussões sobre questões importantes em vez de as alargar aos distintos níveis da estrutura sindical (COSATU, 2001: 2, 3).

Mas se o reencontro com alguns passados operários *démodés* pode ser indesejável e pouco auspicioso, não se pode excluir também a possibilidade de ser regenerador como o mostram os SPIs (hoje designados, como referimos atrás, de FSGs). Muitos dos SPIs, como os do sector gráfico, mineiro e de transportes, viram a luz do dia no século XIX e permanecem em acção nos nossos dias, desempenhando acções de solidariedade laboral com sindicatos e federações sindicais de âmbito local, nacional e internacional ou negociando acordos com as ETNs destinados a respeitar os direitos laborais nas ETNs, etc. O crescimento organizacional dos SPIs nas últimas três décadas (Stavis, 1998: 62-63, 73) pode, nesse sentido, ser visto como um reencontro feliz como o passado do internacionalismo operário.

4.2. Os novos caminhos do novo internacionalismo operário

Pelo que ficou dito acima, a emergência de um novo internacionalismo operário parece estar associada quer aos sinais de crise em redor do velho internacionalismo operário – embora a ideia de crise constitua um desafio à sua superação e o pretexto para a edificação de um novo modelo –, quer à emergência de novas condições: acrescidos limites de autonomia, autoridade e legitimidade do Estado; aumento das transformações no espaço global (e das contradições dentro deste) em detrimento do espaço nacional; crescente preocupação com os valores da diversidade, paz e ecologia; insistência na inter-relação entre utopias globais (no sentido de comunidades humanas globais imaginadas) e necessidade de civilizar a ordem capitalista global que ameaça a espécie humana (Waterman, 1998a: 2). Guiado pela necessidade de transitar da «internacional da imaginação à imaginação de uma nova internacional» (1998a: 42, 260), Waterman (1998a: 219-220; 1999: 260-261; 2000b: 8-9) propõe-nos um «novo sindicalismo social» onde as articulações entre as temáticas de interesse laboral/sindical e as temáticas de outros grupos sociais se combinam e, portanto, onde se defende uma interligação entre distintos actores da emancipação social. Neste registo incluem-se: acções de luta em torno da força de trabalho assalariada, não para exigir apenas melhores salários mas um maior controlo sobre o processo produtivo, os investimentos, as novas tecnologias, as realocações da produção, a subcontratação e as políticas de educação

e formação; acções de luta contra relações e métodos de trabalho hierárquicos, autoritários e tecnocráticos e em favor de práticas social e ambientalmente úteis, da redução do horário de trabalho ou da partilha do trabalho doméstico; lutas pela contínua transformação de todas as estruturas e relações sociais; a promoção de distintas articulações e formas de diálogo com outros movimentos e comunidades não sindicalizados (movimentos de igrejas, mulheres, ecológicos, direitos humanos, paz); a promoção da democracia de base e o encorajamento de relações horizontais directas tanto entre trabalhadores como entre trabalhadores e outras forças sociais democráticas/populares; etc.

Este tipo de proposta converge com outras, como por exemplo a que Gay Seidman (1994) identificara no seu estudo comparado entre o Brasil e a África do Sul a propósito da relação directa entre a industrialização tardia naqueles países e as formas específicas de mobilização operária neles ocorridas. Para Seidman (1994: 11), os padrões específicos de industrialização moldaram as estratégias laborais, conferindo-lhes um sentido mais amplo e uma mais diversificada mobilização de classe. Num registo próximo deste, Adler e Webster (1999) analisam também os contributos do «sindicalismo de movimento social» – realidade que ocorre quando as características organizacionais dos sindicatos se fundem com a capacidade de mobilização dos movimentos sociais (Adler e Webster, 1999: 143) – para as teorias e as práticas associadas ao processo de transição e consolidação democrática na África do Sul. Por outro lado, tendo por referência o sindicalismo português, Boaventura de Sousa Santos entende que a defesa de uma «cidadania fora do espaço da produção convoca o movimento sindical a articular-se com outros movimentos sociais progressistas, movimentos de consumidores, ecológicos, anti-racistas, feministas, etc.», obrigando-o a deslocar muitas das suas energias contestatárias para a «articulação com estes outros movimentos» (1995b: 135). Este apelo a uma «cultura democrática de cidadania activa para além da fábrica» (Santos, 1995b: 139) encontra também eco nas estratégias que vêm sendo seguidas pela CUT do Brasil. Para esta central sindical, a edificação de «um sindicato orgânico mas também cidadão, que represente os trabalhadores e seja movimento social, que dê conta dos desafios do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório», permitindo assim uma «integração da consciência operária com a consciência da cidadania» (Nascimento, 1998: 83), está na ordem do dia.

Embora todas estas análises chamem a atenção para a necessidade de expandir a acção sindical para outros campos e actividades situados fora da esfera estritamente sindical (Offe, 1999: 63), o que está agora em causa é uma generalização escalar dessa ideia. Trata-se de ir ao encontro de um sindicalismo de movimento social de âmbito global, já anteriormente proposto por Kim Moody (1997a; 1997b), ao falar em «sindicalismo de movimento social internacional» e de orientação emancipatória¹⁵. Como

¹⁵ Segundo Scipes (2000: 6), antes mesmo de Moody, o «sindicalismo de movimento social» – que sugere que as lutas dos trabalhadores são apenas um entre vários esforços para mudar

referem Lambert e Chan (1999: 99-101), ao debruçarem-se sobre as respostas pragmáticas dos sindicatos australianos, asiáticos e africanos à globalização da economia, está em construção um «sindicalismo de movimento social global», cujas principais características são: o estabelecimento de laços regionais entre organizações sindicais de países onde os direitos laborais democráticos são negados; o internacionalismo militante orientado para a realização de boicotes e acções de pressão visando contrariar a excessiva dependência comercial induzida pela integração dos processos económicos; um sindicalismo genuinamente global capaz de promover uma verdadeira interiorização de uma cultura internacionalista, isto é, uma cultura por meio da qual os líderes e os membros de organizações sindicais sejam capazes de demonstrar para com as lutas das classes trabalhadoras de outros países a mesma sensibilidade que manifestam face às lutas operárias nos seus próprios países; e uma nova política para a classe operária, isto é, uma política capaz de desafiar o modelo de globalização neoliberal que muitos sindicatos adoptaram, quer pela renovação do sentido atribuído aos interesses de classe no processo de globalização quer pelo compromisso com políticas de resistência a uma lógica de *lean production* global.

A emergência deste sindicalismo de movimento social, que *grosso modo* traduz a opção por valores democráticos em detrimento de valores autoritários (Lambert e Chan, 1999: 102; Lambert, 1999: 213), conduz-nos também a um conjunto de estratégias de organização laboral transnacional já em acção em vários países onde o trabalho é frequentemente realizado em *maquiladoras*¹⁶. Tais estratégias, de recorte transclássica e transfronteiriço, envolvem: a constituição de redes de activistas e de organizações baseadas na comunidade, orientadas para o estabelecimento de formas de democracia participativa; a organização de campanhas e alianças transnacionais (envolvendo organizações religiosas, ambientais, sindicais, de mulheres, de consumidores, de direi-

qualitativamente a sociedade – foi objecto de um debate internacional no final dos anos 1980, princípio dos anos 90, promovido por Eddie Webster, Rob Lambert, Peter Waterman e pelo próprio Scipes, sobre os novos tipos de sindicalismo que emergiam no Brasil, nas Filipinas, na África do Sul e na Coreia do Sul.

¹⁶ Empresas americanas que se implantaram no México a partir de 1965, produzindo essencialmente produtos manufacturados para exportação com o intuito de beneficiar de isenções fiscais. Durante muito tempo caracterizadas pela ausência de qualquer presença sindical, as *maquiladoras* empregam normalmente assalariados jovens, pouco qualificados, sendo que a maior parte dos trabalhadores são mulheres sobre as quais se exerce uma grande discriminação. As *maquiladoras* – que em 1997 eram já 3.508, empregando 900.000 trabalhadores (Klein, 2002: 229) – estão muito associadas ao fenómeno das *sweatshops*, isto é, das pequenas fábricas que funcionam muitas vezes em regime de subcontratação, e onde a exploração salarial, a ausência de condições de higiene e segurança, a evasão fiscal, entre outros atropelos à condição do trabalhador, são a nota dominante. Sobre estes dois fenómenos, cf., entre outros, Armbruster (1998: 23), Bonacich (1998: 12-13), Williams (1999), Jakobsen (2000: 216), Treillet e Vega (2000), Bisel (2000: 26-27), Mazur (2000: 88-89) ou Anner (2000).

tos humanos) pela inclusão de códigos de conduta nas ETNs; a actuação conjunta entre sindicatos de países desenvolvidos e sindicatos de países subdesenvolvidos (nos quais são menores as garantias e direitos sindicais); petições por direitos humanos; etc. (Armbruster, 1995; 1998; 1999; Frundt, 1996; Williams, 1999).

Perante a inevitável constatação de que os mundos dos trabalhadores são cada vez mais invadidos/interligados/interdependentes (Waterman, 1998a: 239) e o reconhecimento de líderes sindicais de que os sindicatos se devem transformar «numa fonte respeitada de novas ideias e não os guardiões esquecidos de um passado glorioso» (Thorpe, 1999: 225), Waterman (1998a: 72-73; 2000b: 10-11) propõe-nos uma sistematização do novo internacionalismo operário em treze proposições. De entre estas vale a pena destacar as seguintes: a dinamização de formas de interacção face a face, envolvendo a classe trabalhadora ao nível das suas bases e estruturas comunitárias; a substituição de modelos rígidos, centralizados, burocráticos por modelos de informação descentralizados, horizontais e flexíveis; o privilegiar de actividades políticas e do trabalho criativo em detrimento das declarações verbais; a prática de uma «solidariedade internacional em casa», combatendo as causas e os efeitos locais da exploração e repressão internacionais; a generalização de uma solidariedade ética, através do combate local às múltiplas formas de discriminação dos trabalhadores; o diálogo com intelectuais, comunidades científicas e especialistas e com outros «interesses» que não exclusivamente os sindicais; a «abertura do mapa» do internacionalismo aos movimentos sindicais das mais distintas partes do Globo.

Na linha destas propostas inovadoras, não podemos aqui deixar de nos referir à Internet como um dos «recursos» mais recentes ao dispor do novo internacionalismo operário. Segundo Eric Lee (1997), a Internet transporta-nos pelos caminhos de uma rede de trabalho global (*global labournet*) mediada por computador na direcção de uma «Nova Internacional Operária». Embora no *Manifesto do Partido Comunista* (1848) Marx e Engels já apelassem a uma maximização dos meios de comunicação resultantes da industrialização do século XIX, trata-se agora de potencializar a comunicação através da *world wide web*. Para Lee, não obstante persistirem obstáculos a uma utilização verdadeiramente global da comunicação por computador por parte do movimento operário internacional, a Internet ajuda a resolver problemas que o movimento operário enfrentou durante décadas (Lee, 1997: 2). A Internet permite o acesso fácil e não dispendioso a novos trabalhos portadores de uma visão democrática e socialista do mundo, bem como à reimpressão de trabalhos que de outra forma ficariam perdidos em arquivo. A digitalização de milhares de livros, revistas e panfletos publicados pelos movimentos operários e sociais democráticos ao longo do último século constitui um dos seus mais valiosos contributos (Lee, 1999: 238-239), embora a funcionalidade dos *sites* resida também na capacidade de transposição permanente e actualizada para o ciberespaço de denúncias das violações de direitos humanos e sindicais, bem como da disponibilização de todo o tipo de informações de interesse para o movimento operário internacional (Lee, 2000: 26; Cohen e Early, 2000: 174).

No tempo presente, ganha, assim, força acrescida a ideia de que uma «nova ordem mundial» dá lugar a um «novo internacionalismo», que transcende as fronteiras espaciais (locais e nacionais), institucionais e de classe (Lee, 1997: 186; 1999: 243; Waterman, 1998a: 250). Como sugere Catalano (1999: 38), inspirada em Habermas (1989), as três dimensões da acção comunicativa parecem aplicar-se ao relacionamento entre dirigentes sindicais, trabalhadores de base e toda a sociedade. «As pretensões de rectidão, veracidade e coerência requerem que as razões teóricas e práticas sob as quais incide a acção moral estejam perfeitamente articuladas» (Catalano, 1999: 38). A busca de um consenso discursivo em redor do novo internacionalismo operário resultaria, assim, de um confronto de pontos de vista e opiniões, leituras favoráveis e desfavoráveis, argumentos moderados e radicais, optimismos e pessimismos, de molde a contribuir para operacionalizar o projecto emancipatório perseguido pelo internacionalismo operário. É precisamente sobre as diferentes propostas de analisar o internacionalismo operário que nos debruçamos seguidamente, sintetizando os artigos deste livro e mostrando como contribuem para um novo internacionalismo operário *em acção*.

5. VISÕES DO SUL SOBRE O NOVO INTERNACIONALISMO OPERÁRIO: ESTUDOS DE CASO

Os contributos para o novo internacionalismo operário contidos neste livro foram elaborados por autores de países da semiperiferia do sistema capitalista mundial: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia e Portugal. Estamos assim, politicamente falando, perante internacionalismos do «Sul». A instabilidade política, económica e social que caracterizou e caracteriza estes países é, aliás, um elemento comum aos vários artigos, pois a maioria dos estudos de caso concebe as iniciativas contra-hegemónicas de acção operária internacional tendo por referência o relato de contextos de adversidade impostos ao movimento operário dentro das fronteiras dos países. Por outro lado, é notório que praticamente a totalidade dos textos se centra nas iniciativas conduzidas pelos sindicatos, sendo estes vistos ainda, como assinalámos acima, como os protagonistas que maior expressão conferem ao novo internacionalismo operário. Outro elemento de aproximação entre os vários textos deste livro prende-se com a sua «vocaçã» empírica. É certo que encontramos uma preocupação em combinar a reflexão analítica com a descrição empírica, mas a teorização *tout court* sobre o novo internacionalismo operário não é, compreensivelmente, a nota dominante. Por fim, é possível observar nos vários artigos uma apetência para o tratamento do tema seguindo diferentes escalas de análise. Isto é, o entendimento que os autores têm sobre o novo internacionalismo operário não se compadece com formas de articulação operária exclusivamente de âmbito transnacional. Ora, tendo presente que as respostas emancipatórias emergem a diferentes níveis, isso significa que são diferentes os caminhos e as potencialidades a considerar.

Os vários capítulos deste livro estão agrupados em duas grandes áreas temáticas: *Transnacionalização da Solidariedade Operária e Lutas Sectoriais sob o Impacto da Globalização*. Na primeira área temática, estão incluídas quatro contribuições que dão conta de um conjunto de experiências e desafios transnacionais colocados ao novo internacionalismo operário. A constituição de uma rede sindical transnacional de sindicatos do Sul, o trajecto sócio-histórico de inserção internacional do sindicalismo brasileiro, a participação sindical regional no quadro do MERCOSUL e ainda no âmbito das multinacionais são os temas abordados nesses quatro artigos. Na segunda área temática, estão inseridas outras tantas contribuições, colocando-se desta feita a ênfase num conjunto de lutas operárias sectoriais que têm lugar sob o impacto da globalização. As lutas do sindicalismo metalúrgico brasileiro, dos trabalhadores bananeiros colombianos de Urabá, dos pescadores indianos de Kerala e ainda do sindicato do calçado português de São João da Madeira são os principais estudos de caso enquadrados nesta área temática. Este volume termina com um texto de *Comentário Geral* da autoria de Peter Waterman, que procede a uma avaliação crítica dos vários artigos e fornece um conjunto de reflexões adicionais sobre o tema deste volume. Mas vejamos um pouco mais em detalhe cada um dos oito capítulos que compõem aquelas duas áreas temáticas.

No capítulo inicial, Rob Lambert e Eddie Webster descrevem uma experiência inovadora de internacionalismo operário: a *Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights* (SIGTUR), isto é, Iniciativa do Sul sobre a Globalização e Direitos Sindicais. Trata-se de um rede de sindicatos democráticos do «Sul» (considerado o «Sul» politicamente e não geograficamente) que envolve vários países – Austrália, África do Sul, Índia, Paquistão, Sri Lanka, Indonésia, Malásia, Coreia, Brasil – e que se destina a lutar pela emancipação social e pela transformação da sociedade. Essa rede exemplifica, na prática, o que os autores entendem por *novo internacionalismo operário* – «a capacidade de reafirmar a emancipação social contra a individual e o ser social em oposição ao ser económico instrumentalizador». Lambert e Webster consideram que a rede SIGTUR permite a edificação de novas oportunidades e resistências para o movimento operário, apesar das condições adversas impostas pela globalização neoliberal e da «crise de visão de futuro» do movimento operário. Em seu entender, na era da globalização a emancipação social deve dirigir-se tanto aos homens e mulheres incluídos em relações de trabalho quanto aos cidadãos completamente excluídos da possibilidade de auferirem qualquer trabalho pago. Baseada nas novas tecnologias do ciberespaço e combinando a organização sindical tradicional com comunicação em rede própria da «era da informação», a SIGTUR mostra também como «o novo internacionalismo operário é uma organização de rede que possui uma orientação para a mobilização». Na segunda metade do artigo, Lambert e Webster caracterizam o perfil socioeconómico dos participantes no 5º Encontro Regional da SIGTUR (África do Sul, Outubro de 1999) e descrevem em pormenor três campanhas de actuação global – «Primeiro de Maio Comum», «Contra a Posição Anti-Sindical da Empresa Rio Tinto»,

«Construir um Sindicalismo Global» – que desde então mobilizaram os delegados da SIGTUR. Por fim, os autores deixam-nos alguns desafios que a SIGTUR enfrenta presentemente.

O capítulo da autoria de Francisco de Oliveira começa por analisar historicamente o posicionamento do sindicalismo brasileiro (em particular da CUT) no trajecto entre a «guerra de movimentos» (período de contestação à ditadura) e a «guerra de posições» (que se seguiu à criação da Constituição em 1988 e que, portanto, remete para um processo de consolidação do sindicalismo). A experiência contra-hegemónica das câmaras sectoriais (organismos de negociação tripartida compostos por representantes sindicais, empresariais e do governos) surgida no início dos anos 1990 é relatada pelo autor, com destaque para o exemplo mais bem sucedido ocorrido no sector automobilístico. A partir daqui, e não obstante o desmantelamento das câmaras sectoriais por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso e a confirmação de um cenário de «deslizamento totalitário-neoliberal», Oliveira interroga-se se não se poderá «cantar de novo a *Internacional* à São Bernardo» (uma das principais regiões onde emergiu o sindicalismo combativo e onde a experiência das câmaras sectoriais foi bem sucedida). É aqui que o autor empreende uma reflexão sobre a inserção do movimento sindical brasileiro no internacionalismo operário, ao identificar as principais fases dessa inserção – a fase da influência anarco-sindicalista do início do século XX, protagonizada por «imigrantes espanhóis, galegos, italianos e alguns poucos portugueses», correspondente a um «internacionalismo de militantes estrangeiros imigrantes internalizados, menos que de organizações internacionais»; a fase do internacionalismo partidário conduzido pelo partido comunista a partir dos anos vinte do século passado e que rivalizou com o populismo e a «nacionalização do operariado» da ditadura de Getúlio Vargas; a fase do internacionalismo operário que despontou, ainda durante a ditadura militar (de 1964 a 1984), sobretudo em redor das grandes empresas de automóveis que se instalavam no Brasil. Na actualidade, Oliveira considera que a actuação operária no âmbito das ETNs e as manifestações antiglobalização são possíveis caminhos a seguir pelo internacionalismo operário, ainda que a partir deles nem sempre seja possível vislumbrar a celebração de «protocolos concretos de lutas e pactos para melhorar as relações de trabalho no Brasil».

Leonardo Mello e Silva, no terceiro capítulo, propõe-se discutir o novo internacionalismo operário à luz da participação do sindicalismo no MERCOSUL. Consciente das dificuldades que, regra geral, rodeiam os processos de integração regional no que diz respeito às questões sociais, Silva descreve a trajectória de participação política recente das centrais sindicais no Cone Sul, embora conceda um tratamento preferencial à CUT do Brasil, tendo em conta o papel de «consolidação democrática da sociedade» por esta desempenhado no contexto brasileiro. A constituição, antes mesmo da existência do MERCOSUL, da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), os Subgrupos de Trabalho temáticos, o Fórum Consultivo Económico e Social, a Declaração Sóciolaboral do MERCOSUL são, entre outros, alguns dos exemplos por meio dos quais

se atesta a participação do sindicalismo à escala do MERCOSUL. Na era da globalização, Silva entende que faz sentido um apelo à unidade operária no MERCOSUL (como se pode ler no título do seu artigo), sustentando, inclusive, que um reforço dos contactos entre blocos regionais do Norte e do Sul pode funcionar como oportunidade para um novo relacionamento entre os movimentos sindicais de ambos os espaços, nomeadamente no que diz respeito ao alargamento da agenda sindical aos propósitos de outros movimentos sociais: «as centrais do Cone Sul podem beneficiar (...) de um contratualismo baseado num ‘colectivismo possessivo’ e, assim contribuir para transformar o próprio carácter do sindicalismo nos seus países».

No quarto capítulo, Hermes Augusto Costa centra-se no caso dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs) – cuja constituição resultou da aplicação de uma directiva da União Europeia –, começando por situá-los teoricamente no quadro plural de opções emancipatórias que se colocam aos sindicatos europeus. O autor entende que, apesar de serem produto de uma lei comunitária, os CEEs sugerem a «criação de condições de *luta a partir de baixo*», razão por que passa em revista as principais virtudes emancipatórias dos CEEs, que ajudam a edificar um sistema europeu de relações laborais. Na segunda parte do capítulo, e depois de dar igualmente conta dos pontos mais criticáveis da directiva que fazem apelo à sua revisão, Costa concentra-se na «aprendizagem portuguesa» relativa à implementação dos CEEs. Por um lado, recupera o posicionamento das principais centrais sindicais portuguesas sobre o tema. Por outro lado, analisa em pormenor cinco obstáculos à constituição/funcionamento dos CEEs: a escolha dos representantes para os CEEs; a lógica competitiva de actuação sindical; a fraca cultura de participação ao nível da empresa; a atribuição de um sentido utilitarista aos CEEs; o atraso na transposição da directiva para o direito interno português. Argumentando que a «capacidade para identificar obstáculos à constituição e ao funcionamento dos CEEs é a primeira condição para os solucionar», pois cada obstáculo «transporta consigo germens de resistência conducentes à sua superação», Costa identifica algumas das conquistas/formas de emancipação social alcançadas pelos trabalhadores portugueses nesta experiência.

Roberto Vêras, no quinto capítulo, centra-se num tema que fora também afluído por Francisco Oliveira na parte final do seu artigo: a luta emancipatória conjunta dos sindicatos metalúrgicos das duas principais centrais sindicais brasileiras por um contrato colectivo nacional neste sector. Depois de proceder a um enquadramento inicial sobre a indústria automobilística no Brasil e a forma como se instalou no país (sobretudo no Estado de São Paulo e na região do ABC, Santo André, São Bernardo e São Caetano) a partir dos anos 1950, Vêras passa a descrever-nos o novo cenário para a acção sindical emergido a partir do final dos anos 1970 (conhecido como «novo sindicalismo») que esteve na base da contestação à estrutura sindical oficial e do qual resultou o nascimento da maior central sindical do país, a CUT. Mas é o fenómeno da greve, enquanto modalidade colocada ao dispor do movimento operário e reforçando a sua vocação de mobilização, que ocupa no texto um lugar central. O objectivo do «festival

de greves» passa pela criação de um contrato colectivo nacional para o sector metalúrgico que evite a criação de diferenças salariais e de condições de trabalho entre Estados e a perda de emprego nas regiões de concentração tradicional da indústria automobilística. Mas se a luta pelo referido contrato colectivo nacional consiste numa «atitude de resistência» de carácter essencialmente nacional, que permitiu oportunidades inéditas de articulação sindical e estimulou a que outros sectores se mobilizassem de forma semelhante, Véras não deixa igualmente de referir que esse contrato, mesmo sem ter sido ainda celebrado, possibilitou «interacções internacionais». Refere, como exemplos, o apoio da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e a celebração do Contrato Colectivo do MERCOSUL – o primeiro exemplo de uma «iniciativa internacional visando a constituição de organismos mundiais de representação dos trabalhadores e a realização de acordos mundiais por empresas, em particular no sector automobilístico».

No capítulo seguinte, Mauricio Romero, ao reportar-se à realidade colombiana, transporta-nos a um contexto ímpar de violação dos direitos humanos e sindicais, ou não liderasse a Colômbia as estatísticas mundiais relativas ao número de sindicalistas assassinados. Baseado numa das mais importantes mobilizações por direitos sociais das últimas três décadas – a mobilização dos trabalhadores bananeiros da região de Urabá (próxima da fronteira com o Panamá) –, a experiência emancipatória conduzida pelo sindicato dos trabalhadores da indústria agropecuária (Sintrainagro) leva o autor a problematizar o modo como essa experiência ímpar parece estar a elevar os trabalhadores do sector bananeiro da condição «de súbditos a cidadãos». Romero descreve a forma com os trabalhadores bananeiros de Urabá, habituados a cumprirem o papel de vítimas, puderam alcançar, a troca da «lealdade a uma ordem político-económica» (ordem regional implantada por um aparelho militar contra-rebelde não estatal), protecção, segurança e participação política. A rivalidade entre projectos insurreccionais políticos e militares de grande peso na região fez com que estes disputassem o apoio dos trabalhadores, ainda que o projecto político tenha levado a melhor. Ao procurarem melhorar as suas condições de vida, convertendo-se em cidadãos, os trabalhadores bananeiros de Urabá contaram também com «uma extraordinária solidariedade internacional de sindicatos dinamarqueses, finlandeses e espanhóis, bem como com a assessoria da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação». Para Romero, o activismo internacional serviu quer para contrabalançar o relativo isolamento do Sintrainagro à escala nacional, pela construção de aliados e suportes face a eventuais mudanças na dinâmica política nacional, quer para conferir a esse mesmo sindicato «autonomia e independência face aos poderes locais dominantes».

O estudo realizado por Gabriele Dietrich e Nalini Nayak oferece-nos, no sétimo capítulo, uma visão sobre as possibilidades de globalização contra-hegemónica levadas a cabo pelo movimento dos pescadores da Índia (nascido em Kerala, no Sul do país), que vem procurando fortalecer as suas interacções globais. As autoras procedem a uma análise sócio-histórica do modo como o movimento dos pescadores emergiu nas últi-

mas três décadas, em resultado de processos de crescimento tecnologicamente orientados que levaram a uma aceleração da industrialização no sector e vieram pôr em causa a sobrevivência da pesca artesanal. Ao abordarem a forma como o movimento de pescadores vem procurando contrariar essa tendência, conferem uma grande importância aos factores «classe», «género», «religião» e «casta» para a compreensão das experiências organizacionais que interferem com esse movimento. Embora os trabalhadores das pesca se tenham organizado «primeiramente enquanto classe ou subsector dentro do vasto sector informal do trabalho na Índia (que compreende 92% da classe trabalhadora da Índia)», as mulheres ocuparam nele um lugar central, quer no que diz respeito à sustentabilidade ambiental quer quanto à protecção dos estilos de vida das comunidades costeiras. Para Dietrich e Nayak, «as mulheres trabalhadoras nas pescas, as mulheres activistas e seus apoiantes têm estado na linha da frente por um desenvolvimento alternativo», apesar de a sua luta ser enfraquecida pela afirmação das identidades religiosas e de casta. As autoras descrevem igualmente os contornos da internacionalização das lutas dos pescadores e da internacionalização sindical (no seio da qual emergiram o combate às *joint ventures* e a luta contra a aquacultura intensiva) e argumentam em favor das virtualidades emancipatórias de um sindicalismo de movimento social, capaz de encontrar articulações entre diferentes movimentos sociais, segundo diferentes níveis (local, nacional, internacional). A formação da Aliança Nacional dos Movimentos Populares que «agregou movimentos ambientalistas, trabalhadores do sector informal, camponeses, *dalits*, mulheres, *adivasis*» é um dos exemplos mencionados no texto.

No oitavo capítulo, Elísio Estanque centra-se no operariado do sector do calçado português – sector industrial caracterizado pela fragmentação da produção e pela fraca efectividade dos direitos laborais –, tomando o sindicato do calçado como actor privilegiado. Depois de produzir algumas considerações teóricas iniciais sobre a noção de emancipação social, que considera não ter passado até hoje de «uma promessa, ou de uma pluralidade de promessas», Estanque procura analisar quer os processos e mecanismos de regulação quer as formas de resistência e rebeldia emancipatória que conduziram ao enquadramento da classe trabalhadora na região de São João da Madeira (Norte de Portugal). Com base numa dupla articulação – entre indústria e comunidade e entre o local e o global –, o autor visa, por um lado, dar conta do modo como historicamente foram sendo produzidos os mecanismos sociais de enquadramento e dominação sobre o operariado da região e, por outro lado, evidenciar os contornos dos actuais desafios que continuam a revelar o carácter dialéctico da conjugação entre as novas tendências de globalização hegemónica e as novas redes de solidariedade emancipatória. Perante a lógica hegemónica que se vem exercendo através daquelas duas articulações, toma como principal impulsionador o sindicato do calçado, ocupando as iniciativas deste um lugar central no texto. Apesar de ser um sindicato local, a sua orientação emancipatória baseia-se, à imagem do dinamismo imprimido pelo líder do sindicato, não unicamente na construção de plataformas e alianças locais – não se cir-

cunscrevendo estas à militância sindicalista, mas abrindo-se a outras estruturas associativas comunitárias –, mas igualmente em múltiplas parcerias e convênios de âmbito global, nomeadamente com a Europa e com o Brasil. Para Estanque, ao apoiar-se «nas vibrações ocultas da comunidade «localizada» para se erguer em sonoridade amplificada nos centros de contestação ‘cosmopolita’», a voz da estrutura sindical, nomeadamente do sindicato do calçado, antecipa-se mesmo à generalidade do mundo sindical português.

6. SEIS TESES SOBRE O NOVO INTERNACIONALISMO OPERÁRIO

Como referimos anteriormente, nesta secção final pretendemos sistematizar alguns pontos de intertextualidade entre os textos, propondo para o efeito um conjunto de teses. Trata-se, afinal, de seis linhas de força que nos parecem emergir da leitura global dos vários estudos de caso. Nalgumas situações, as teses indicam-nos possíveis caminhos emancipatórios a seguir pelo novo internacionalismo operário, embora noutras não se coíbam de identificar também os obstáculos que ainda é preciso superar. Em ambas as situações, porém, o objectivo é o de contribuir para o aprofundamento das práticas sociais em redor do novo internacionalismo operário.

Tese 1. *A afirmação do novo internacionalismo operário assenta cada vez mais na ideia de cidadania.* Diante dos cenários pouco optimistas que denunciam a perda de importância do trabalho enquanto fonte de cidadania, o aprofundamento da convergência entre o trabalho organizado e a condição de cidadão tem vindo a transformar-se na palavra de ordem do movimento operário contemporâneo. Trata-se de afirmar que o trabalhador é antes de tudo um cidadão e que os seus direitos de cidadania não podem ser afectados negativamente pela sua condição de trabalhador. Como salienta Boaventura de Sousa Santos, estamos diante de um desafio cultural amplo, de raízes históricas profundas, pois os trabalhadores começaram por ser trabalhadores e só à custa de muitas lutas sindicais foram conquistando o estatuto democrático da cidadania. Perante a necessidade imperiosa de evitar o alastramento da perda de dignidade do trabalho e do trabalhador, não pode esquecer-se que «os trabalhadores são cidadãos que trabalham e os sindicatos só farão justiça às suas preocupações e aspirações se os reconhecerem acima de tudo pelo seu estatuto de cidadãos» (Santos, 1995b: 139).

O aprofundamento da convergência entre a condição de trabalhador e a condição de cidadão pressupõe a igualdade de direitos dos trabalhadores nacionais e dos trabalhadores imigrantes, a qual é também condição da partilha democrática do trabalho a nível global (Santos, 1998: 49-51). Sobretudo as organizações operárias dos países do Norte deverão colocar a questão dos direitos dos imigrantes no centro das suas agendas de luta. Ainda que, como acima tivemos oportunidade de salientar, não exista um mercado de trabalho global capaz de unificar e nivelar direitos laborais numa perspec-

tiva transnacional ampla, é cada vez mais crucial afirmar a nível global a dignidade do trabalhador enquanto cidadão. Os capítulos de Francisco de Oliveira, Roberto Véras e Maurício Romero dão testemunho de lutas sindicais centradas no apelo à cidadania dos trabalhadores.

Tese 2. *O novo internacionalismo operário constitui uma forma, entre outras, de globalização contra-hegemónica, cujo sucesso parece depender cada vez mais das articulações com outros actores e das articulações com outras lutas emancipatórias noutros campos sociais.* Isto é, o internacionalismo operário e sindical contemporâneos serão tanto mais bem sucedidos politicamente quanto melhor se articularem com outros internacionalismos (mulheres, direitos humanos, grupos ecológicos, consumidores, pacifistas, etc.) e com outras causas (diferença sexual, multiculturalismo, cidadania, ecologia, ambiente, etc.). Como recorda Peter Waterman (1998b: 373), também o velho internacionalismo operário produziu mais impacto social quando foi menos proletário, isto é, quando se combinou com os internacionalismos liberal, radical, democrático, antifascista, pacifista e anti-imperialista. Ora, a legitimação desta(s) forma(s) de articulação conjunta entre organizações de trabalhadores e organizações da sociedade civil decorrentes desta tese constitui uma imagem de marca do novo internacionalismo operário bem presente na maioria dos estudos de caso.

Elísio Estanque, Maurício Romero e Roberto Véras, por exemplo, não deixam de realçar a presença e importância de um «sindicalismo social» nas estratégias de organização sindical local, regional (dentro do país) e nacional. O primeiro, referindo-se às articulações do sindicato do calçado com outros movimentos associativos de base local, nomeadamente no domínio cultural. O segundo, mostrando que o facto de os trabalhadores bananeiros de Urabá terem actuado como «sujeitos e agentes portadores de direitos com capacidade de decisão» foi facilitado por uma «aliança estratégica com empresários legais e ilegais, com sectores do estado central como as forças armadas e com políticos regionais ligados ao partido liberal». O terceiro, reportando-se ao «sindicato cidadão», expressão cada vez mais presente no discurso da CUT do Brasil e que remete para uma concepção de sindicalismo que visa ampliar, de forma articulada com outras organizações e movimentos sociais, a participação sindical nos espaços institucionais e influenciar «a formulação e execução das políticas públicas». Por outro lado, um «sindicalismo de movimento social global» é defendido nos estudos de caso relatados quer por Rob Lambert e Eddie Webster quer por Gabriele Dietrich e Nalini Nayak. Um objectivo central visado pela rede SIGTUR estudada pelos primeiros é, precisamente, o de construir um tipo de sindicalismo global comprometido com a emancipação social, desafiador do capitalismo da sociedade de rede e onde a articulação entre o sindicalismo e outros movimentos sociais permitirá criar um centro de poder alternativo. Por sua vez, também Dietrich e Nayak defendem que um sindicalismo de movimento social local, nacional e internacional é, em si mesmo, emancipatório «porque força as pessoas a encontrarem novas e democráticas formas de organização como os

sindicatos, as cooperativas e as organizações de mulheres de nível local, nacional e internacional».

Não basta, pois, como se sustentava na tese anterior, apelar à solidariedade para com aqueles que, incluídos pelo trabalho, correm o risco de exclusão por via da erosão dos seus direitos laborais. É preciso atentar também naqueles que não chegaram nunca a ser incluídos através de uma qualquer relação de trabalho e que, por isso, permanecem estruturalmente à margem do sistema. Assim sendo, esta tese pressupõe ainda que o movimento operário faça uma auto-avaliação e se disponha a defender critérios de actuação transclassistas, assentes numa ideia de unidade *na* diversidade que, como refere Francisco Oliveira no seu texto, significa praticar uma política anti-hegemónica de «unificação pelo lado da precariedade».

Tese 3. *O novo internacionalismo operário é, em si mesmo, uma realidade cada vez mais plural. É mais correcto falar em internacionalismos do que em internacionalismo operário.* O simples facto de o novo internacionalismo admitir e/ou estimular (como se propôs na tese anterior) a coligação e actuação conjunta com outras forças da sociedade civil constitui, por si só, um sinal da pluralidade que perpassa o seu registo organizacional. Mas são os próprios estudos de caso deste livro que apontam também para distintas visões/concepções sobre o novo internacionalismo operário e, conseqüentemente, para modalidades organizacionais diversificadas. Se Lambert e Webster, por exemplo, se reportam a várias campanhas de âmbito global delineadas pela rede SIGTUR, Hermes Augusto Costa concentra-se nas possíveis estratégias de cooperação operária entre trabalhadores de diferentes países mas de uma mesma ETN. Se Leonardo Mello e Silva concede destaque às formas de participação sindical nos *fora* criados no âmbito do MERCOSUL, Estanque enuncia várias parcerias internacionais do sindicato local do calçado. Se Dietrich e Nayak se debruçam sobre a amplitude do movimento de pescadores na Índia, combinada com experiências organizacionais baseadas na classe, género, religião e casta, Romero refere-se ao potencial emancipatório resultante do apoio de organizações sindicais internacionais às lutas locais dos trabalhadores *banananeros*.

Tese 4. *O novo internacionalismo operário não acontece apenas globalmente. Acontece também regional, nacional e localmente. O movimento operário deve ser capaz de articular as diferentes escalas em que ocorrem as suas lutas de resistência.* Não havendo um *locus* de afirmação exclusivo do novo internacionalismo operário, as iniciativas operárias internacionais podem depender, por exemplo, de uma boa troca de informações entre as organizações sindicais locais e nacionais vítimas de discriminações e ilegalidades e as federações sindicais internacionais (actuais FSGs). Estas, pela sua capacidade de actuação internacional, ajudam a denunciar as mais variadas formas de opressão que emergem a partir do local de trabalho, da empresa ou do país.

Não se julgue, por isso, que as lutas de maior projecção internacional – como as

que estão associadas às campanhas de âmbito global delineadas pela rede SIGTUR ou às interações globais desencadeadas pelo movimento de pescadores da Índia – são necessariamente mais importantes para o movimento operário do que a luta dos trabalhadores portugueses de uma ETN pela eleição legítima de representantes seus em instituições transnacionais existentes no âmbito dessa ETN, ou do que o «festival de greves» dos sindicatos metalúrgicos brasileiros em luta por um contrato colectivo nacional, ou ainda do que o movimento dos trabalhadores bananeiros de Urabá pelo acesso à cidadania. O reforço das interações transnacionais, mais evidente nas lutas internacionais, torna-as certamente mais conhecidas, o que pode condicionar também o número de adeptos criados em seu redor. No entanto, os estudos de caso deste livro que tendem a privilegiar as realidades locais e nacionais não deixam de mostrar a importância para o novo internacionalismo operário que decorre das coligações entre essas escalas e as escalas transnacionais, sejam estas de âmbito regional ou global. Em suma, a ilação que daqui se pode retirar é a de que o novo internacionalismo operário deve pressupor tanto a divulgação local dos seus «globalismos» (iniciativas de âmbito predominantemente transnacional), como a divulgação global os seus «localismos» (iniciativas de base local menos conhecidas mas igualmente portadoras de potencial emancipatório). Como diria Ronaldo Munck (2000b: 100), já não basta «pensar globalmente, agir localmente». É igualmente necessário «pensar localmente, agir globalmente».

Tese 5. *Entre o velho e o novo internacionalismo operário há rupturas, mas há também continuidades.* Em nosso entender, esta tese encontra acolhimento especial no artigo de Lambert e Webster. No que diz respeito às rupturas, estes autores identificam claramente as características que demarcam o velho internacionalismo operário do novo internacionalismo operário. No velho internacionalismo operário predominam: a hierarquia, a centralização, o comando, o controlo, o debate restrito, a lenta tomada de decisões, a grande burocracia, a formalidade, a orientação para a diplomacia, a excessiva focalização nos sindicatos, o predomínio do «Norte». No novo internacionalismo operário predominam: a rede, a descentralização, a participação, a partilha de poder, o debate aberto, a rápida tomada de decisões, a escassez de burocracia, a flexibilidade, a orientação para a mobilização, a focalização nas coligações com novos movimentos sociais e ONGs, o predomínio do «Sul».

Acontece, porém, que vários dos estudos de caso se encarregam de confirmar que algumas das características mais criticáveis do velho internacionalismo operário foram herdadas pelo novo internacionalismo operário, estando ainda bem vivas no quotidiano das práticas operárias e sindicais de vários dos países estudados. Como mostram os exemplos recolhidos dos sectores têxtil, vestuário e calçado, bem como metalúrgico, identificados nos estudos de Estanque e de Costa, o paternalismo autoritário e o despotismo de empresa condicionaram e condicionam o sistema de relações laborais portugueses, limitando, assim, as novas práticas emancipatórias internacionais de trabalha-

dores e sindicatos nesses sectores. Isso permite explicar também que a excessiva centralização do movimento operário e o seu fraco rejuvenescimento, a fraca cultura de participação e o debate restrito ou ainda a excessiva burocracia e a competitividade entre sindicatos sejam alguns dos sinais da «tradição» que subsistem hoje na realidade portuguesa. Por outro lado, como já frisámos atrás, praticamente a totalidade dos estudos de caso toma os sindicatos como principais protagonistas a partir dos quais se devem pensar e praticar as estratégias de emancipação operária contemporâneas, mesmo que estas pressuponham (como vimos na tese 2) a necessidade de abertura do leque de opções e soluções por parte do sindicalismo. Por outro lado ainda, o estudo de Vêras põe a nu a centralidade da realidade nacional, mostrando que a herança do velho internacionalismo operário assente no «internacionalismo nacional» permanece viva na actualidade. Por fim, a ideia de um novo internacionalismo «predominantemente do Sul», isto é, orientado para a resolução de problemas como a «grande informalidade da sua força de trabalho» (que segundo Dietrich e Nayak caracterizam o «Terceiro Mundo ou Sul Global»), tem ainda um longo caminho a percorrer. Como afirma Oliveira, «a abissal desigualdade entre trabalhadores dos países desenvolvidos e trabalhadores do Quarto Mundo» limita seriamente a construção de um patamar universal para a acção de uma suposta classe trabalhadora universal. Esta constatação herdada do passado torna, assim, mais urgente a necessidade de aplicar na prática a solidariedade operária internacional.

Tese 6. *O novo internacionalismo operário é uma realidade em construção e as suas manifestações são ainda embrionárias.* O carácter fragmentário do «novo» remete para dimensões que ainda não se impuseram. Como referem Lambert e Webster, «o novo internacionalismo operário, ainda embrionário, reflecte o entusiasmo dos movimentos operários na reinvenção de si mesmos». Nas considerações sobre o futuro do internacionalismo operário não podem, pois, ser desconsiderados os entraves passíveis de lhe retirar eficácia. As fragilidades ainda encontradas em redor de uma utilização generalizada da Internet (Lee, 1999: 230-234; Waterman, 2000b: 17; Munk, 2000a: 390-391), as dificuldades em deslocar a acção operária internacional do compromisso com a diplomacia para o compromisso com as campanhas globais e a orientação para a mobilização (COSATU, 2001: 8) ou as reservas ainda colocadas por muitos sindicalistas quanto à eficácia das coligações com as ONGs (Anner, 2000: 253-254; Compa, 2001: 6) são apenas alguns dos exemplos.

Aliás, os vários artigos deste livro não deixam igualmente de aludir aos caminhos espinhosos que o novo internacionalismo operário tem ainda que desbravar. Oliveira, por exemplo, vê as actuais formas de internacionalismo operário mais como «exercícios de cidadania e de sobrevivência» do que propriamente como resultado de interesses laborais comuns entre trabalhadores. Perante o alastramento mundial do fenómeno da informalização dos mercados de trabalho, Dietrich e Nayak, por outro lado, consideram crucial conceder uma voz unificada ao sector informal mundial. Defen-

dem, para tal, a valorização do contributo da classe trabalhadora nesse sector, bem como o reforço de uma perspectiva feminista como forma de resistir às adversidades decorrentes de uma divisão sexual do trabalho onde os homens ocupam ainda posições de dominação. Por outro lado, Costa reporta-se a vários factores que limitam o funcionamento dos CEEs, ao passo que Lambert e Webster estão atentos aos principais impactos da globalização neoliberal sobre as organizações e trabalhadores representados na rede SIGTUR.

Apesar de remeter para um leque de características adversas para o futuro do internacionalismo operário, como que a sugerir a assunção colectiva de um pessimismo realista por parte dos autores deste livro, esta tese encerra, em si mesma, sinais de esperança num mundo melhor. Ao desafiar implicitamente o novo internacionalismo operário a multiplicar as suas experiências emancipatórias, esta tese contribui também para reinventar a emancipação social.

Siglas

AIT, Associação Internacional de Trabalhadores
AFL-CIO, American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (Federação Americana do Trabalho-Congresso das Organizações Industriais)
CCSCS, Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul
CEMs, Conselhos de Empresa Mundiais
CES, Confederação Europeia de Sindicatos
CEEs, Conselhos de Empresa Europeus
CISA, Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes
CISC, Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos
CISL, Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CLAT, Central Latino-Americana de Trabalhadores
CMT, Confederação Mundial do Trabalho
COSATU, Congress of South African Trade Unions (Congresso Sul-Africano de Sindicatos)
CSEM, Conselhos Sindicais de Empresa Mundiais
CUT, Central Única dos Trabalhadores
ETNs, Empresas Transnacionais
FSEs, Federações Sindicais Europeias
FSGs, Federações Sindicais Globais (ex-SPIs)
FSM, Federação Sindical Mundial
MERCOSUL, Mercado Comum do Sul
NAFTA, North American Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)
OIT, Organização Internacional do Trabalho
ONGs, Organizações Não Governamentais
ORAP, Organização Regional da Ásia-Pacífico
ORIT, Organização Regional Interamericana da Trabalhadores
OUSA, Organização Unitária de Sindicatos Africanos
SGP, Sistema Geral de Preferências
SPIs, Secretariados Profissionais Internacionais (actuais FSGs)

Bibliografia

- Abbott, K. (1998), «The ETUC and its Role in Advancing the Cause of European Worker Participation Rights», *Economic and Industrial Democracy*, 19(4), 605-631.
- Abendroth, W. (1967), *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*. Paris: F. Maspero.
- Adkin, L. (1999), «Ecology and Labour: Towards a New Societal Paradigm», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 199-217.
- Adler, G.; Webtser, E. (1999), «The Labour Movement, Radical Reform and the Transition to Democracy in South Africa», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 133-157.
- Anderson, L. (2000), «El debate del milenio», *Nuevos Rumbos del Sindicalismo* (em versão PDF), 11, 28-29.
- Anner, M. S. (2000), «Local and Transnational Campaigns to End Sweatshop Practices», M. E. Gordon e L. Turner (orgs.), *Transnational Cooperation Among Labor Unions*. Ithaca: Cornell University Press, 238-255.
- Atleson, J. (2001), «Transnational Labour Solidarity», *International Union Rights*, 8(3), 19-20.
- Armbruster, R. (1995), «Cross-National Labor Organizing Strategies», *Critical Sociology*, 21(2), 75-89.
- Armbruster, R. (1998), «Cross-Border Labor Organizing in the Garment and Automobile Industries: The Phillips Van-Heusen and Ford Cuautitlan Cases», *Journal of World-Systems Research* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4(1), 20-51, acedido em 30.09.1999.
- Armbruster, R. (1999), «Globalization and Cross-Border Labor Organizing: The Guatemalan Maquiladora Industry and the Phillips Van Heusen Workers' Movement», *Latin American Perspectives*, 26(2), 108-128.
- Bean, R. (1994), *Comparative Industrial Relations: an Introduction to Cross-National Perspectives*. Londres: Routledge.
- Beck, U. (org.) (2000), *Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Bissel, T. (2000), «Unions Against Sweatshops», *International Union Rights*, 7(4), 26-27.
- Bonacich, E. (1998), «Organizing Immigrant Workers in the Los Angeles Apparel Industry», *Journal of World-Systems Reseach* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4(1), 10-19.
- Booth, P. (1997), «Nike Code of Conduct», *International Union Righths*, 4(4), 8-9.
- Boultanski, L.; Chiappello, É. (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Contrafogos 2. Por um Movimento Social Europeu*. Oeiras: Celta.
- Boyer, R. (1997), «Les mots et les réalités», S. Cordellier e F. Doutaut (orgs.), *Mondialisation, au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 13-56.

- Boyer, R.; Drache, D. (1996), «Introduction», R. Boyer e D. Drache (orgs.), *States Against Markets: the Limits of Globalization*. Londres: Routledge, 1-27.
- Breitenfellner, A. (1997), «El sindicalismo mundial, un possible interlocutor», *Revista Internacional del Trabajo*, 116(4), 575-603.
- Brunelle, D.; Chaloult, Y. (1999), «Transnacionalização das Práticas Sindicais: Quadro Teórico-Analítico», Y. Chaloult e P. R. Almeida (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a Dimensão Social*. São Paulo: Ltr, 149-169.
- Caire, G. (2000), «Syndicalisme ouvrier et mondialisation», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 21-30.
- Catalano, A. M. (1999), «The Crises of Trade Union Representation: New Forms of Social Integration and Autonomy-Construction», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 27-40.
- Castells, M. (1996-1998), *The Information Age. Economy, Society and Culture* (3 volumes). Oxford: Blackwell.
- Castro, M. S. P. (1999), «Negociações Colectivas Internacionais e Mercosul», Y. Chaloult e P. R. Almeida (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a Dimensão Social*. São Paulo: Ltr, 191-216.
- Castro, M. S. P. (2000), «Movimento Sindical no Mercosul: Trajectória e Perspectivas de Acção», in J. Lorenzetti e O. L. Faccio (orgs.), *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: Ltr/Escola Sul da CUT, 103-135.
- Castro, M. S. P.; Wachendorfer, A. (1998), «El sindicalismo del MERCOSUR: Su trayectoria y sus perspectivas en un contexto de ampliación comercial hemisférica», M. S. Castro e A. Wachendorfer (orgs.), *Sindicalismo y globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Caracas: Nueva Sociedad, 13-38.
- Chaloult, Y.; Almeida, P. R. (1999), «Apresentação», Y. Chaloult e P. R. Almeida (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a Dimensão Social*. São Paulo: Ltr, 7-14.
- Chaloult, Y.; Brunelle, D. (1999), «Transnacionalização das Práticas Sindicais: Quadro Teórico-Analítico», Y. Chaloult e P. R. Almeida (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: a Dimensão Social*. São Paulo: Ltr, 149-169.
- Chaykowski, R. P.; Gilles, A. (1998), «La mondialisation, le travail et les relations industrielles», *Relations Industrielles – Industrial Relations*, 53(1), 13-23.
- Chin, D. (1998), *A Social Clause for Labour's Cause: Global Trade and Labour Standards – a Challenge for the New Millennium*. Londres: The Institute of Employment Rights.
- Cohen, L.; Early, S. (2000), «Les solidarités transfrontalières: L'expérience du CWA», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 165-176.
- Compa, L. (1998), «Democratizing the Trade Debate», *Foreign Policy in Focus*, 3(23), 1-4.
- Compa, L. (2001), «Trade Unions, NGOs, and Corporate Codes of Conduct», *International Union Rights*, 8(3), 5-7.
- Compa, L.; Hinchliffe-Darricarrere, T. (1995), «Enforcing International Labor Rights Through Corporate Codes of Conduct», *Columbia Journal of Transnational Law*, 33(3), 663-689.
- COSATU (2001), «A Strategic Perspective on the International Trade Union Movement for the 21st Century: A Minimum Platform to Reposition the ICFTU to Meet the Challenges of the New Millenium», *Global Solidarity Dialogue* (<http://www.cosatu.org.za/docs/2001/icftu-mr.htm>), acedido em 12.10.2001.

- Costa, Hermes A. (2000), «Identidades Sindicais Europeias em Tempos de Globalização», *Tempo Social*, 12(1), 165-186.
- Costa, Hermes A. (2002), «A Europeização do Sindicalismo Português: Entre Novos Discursos Institucionais e Velhas Práticas Sociais», J. M. Pureza e A. C. Ferreira (orgs.), *A Teia Global: Movimentos Sociais e Instituições em Tempo de Globalização*. Porto: Edições Afrontamento, 19-49.
- Cueva, H. D. L. (2000), «Crise globale et recomposition du syndicalisme», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 177-187.
- CUT (2001), *Texto Base da 10ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.
- CUT/CFDT (1996), «Cláusula Social: a Posição dos Sindicatos Asiáticos», Separata da *Revista Textos para Debate Internacional*, 4, 1-24.
- Deakin, S.; Wilkinson, F. (1994), «Rights vs Efficiency? The Economic Case for Transnational Labour Standards», *Industrial Law Journal*, 23(4), 289-310.
- Delaunay, Q. (2000), «Les comités de groupe européens: Le cas D'Electrolux», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 113-123.
- Demaldent, J. M. (1990), «L'internationalisme syndical, avant les internationales syndicales», G. Devin (org.), *Syndicalisme: dimensions internationales*. La Garenne-Colombes: Éditions Européennes-Erasme, 19-35.
- Demaret, L. (2000), «The Millennium Debate», <http://www.icftu.org/displaydocument.asp?Index=991210120&Language=EN> acedido em 19.01.2001.
- DeMartino, G. (1999), «The Future of US Labour Movement in an Era of Global Economic Integration», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 83-96.
- Devin, G. (1990), «Présentation», G. Devin, (org.), *Syndicalisme: dimensions internationales*. La Garenne-Colombes: Éditions Européennes-Erasme, 9-15.
- Dølvik, J. E. (2000), «Building Regional Structures: ETUC and the European Industry Federations», *Transfer – European Review of Labour and Research*, 6 (1), 58-77.
- Dølvik, J. E. (2002), «European Trade Unions Coping with Globalisation», J. Hoffmann (org.), *The Solidarity Dilemma: Globalisation, Europeanisation and the Trade Unions*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 83-118.
- Ebbinghaus, B.; Visser, J. (2000), «A Guide to the Handbook», B. Ebbinghaus e J. Visser, (orgs.), *Trade Unions in Western Europe Since 1945*. Londres: MacMillan, 3-32.
- Estanque, E. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ewing, K. D. (2000), «Modernising International Labour Standards: Globalisation, Multinational Corporations, and International Trade Union Rights», ICTUR, *Trade Union Rights for the Next Millennium (draft discussion paper)*. Londres: ICTUR, 19-56.
- Ferner, A.; Hyman, R. (1998), «Introduction: Towards European Industrial Relations?», A. Ferner e R. Hyman (orgs.), *Changing Industrial Relations in Europe*. Oxford: Blackwell, xi-xxvi.
- Ferreira, A. C. (2001), «Para uma Conceção Decente e Democrática do Trabalho e dos seus Direitos: (Re)Pensar o Direito das Relações Laborais», B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 255-293.
- Ferreira, A. C.; Costa, H. A. (1998/99), «Para uma Sociologia das Relações Laborais em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 141-171.

- Fouquet, A.; Rehfeldt, U.; Le Roux, S. (orgs.) (2000), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier.
- Fröbel, F.; Heinrichs, J.; Kreye, O. (1980), *The New International Division of Labour*. Cambridge: Polity Press.
- Frundt, H. J. (1996), «Trade and Cross-border Labor Strategies in the Americas», *Economic and Industrial Democracy*, 17(3), 387-417.
- Frundt, H. J. (1998), *Trade Conditions and Labor Rights: U. S. Initiatives, Dominican and Central America Responses*. Florida: University Press of Florida.
- Gibbons, S. (2001), «Decoding the Message», *International Union Rights*, 8(3), 3-4.
- Gills, B. K. (org.) (2000), *Globalization and the Politics of Resistance*. Londres: MacMillan Press.
- Gobin, C. (1998), «The European Trade Union Confederation and Collective Bargaining at the European Level», E. Gabaglio e R. Hoffmann (orgs.), *The ETUC in the Mirror of Industrial Relations*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 171-206.
- Gobin, C. (2000), «Union Européenne et dévaluation du contre-pouvoir syndicale», in A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 137-147.
- Gordon, M. E.; Turner, L. (2000a), «Going Global», M. E. Gordon e L. Turner (orgs.), *Transnational Cooperation Among Labor Unions*. Ithaca: Cornell University Press, 3-25.
- Gordon, M. E.; Turner, L. (2000b), «Making Transnational Collaboration Work», M. E. Gordon e L. Turner (orgs.), *Transnational Cooperation Among Labor Unions*. Ithaca: Cornell University Press, 256-261.
- Gorz, A. (1999), «A New Task for Unions: the Liberation of Time from Work», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 41-63.
- Gumbrell-McCormik, R. (2000a), «Globalisme et regionalisme», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 43-53.
- Gumbrell-McCormik, R. (2000b), «Globalisation and the Dilemmas of International Trade Unionism», *Transfer – European Review of Labour and Research*, 6(1), 29-42.
- Gumbrell-McCormik, R. (2000c), «Facing New Challenges: The International Confederation of Free Trade Unions (1972-1990s)», A. Carew, M. Dreyfus, G. V. Goethem, R. Gumbrell-McCormick e M. V. D. Linden (orgs.), *The International Confederation of Free Trade Unions*. Bern: Peter Lang, 341-517.
- Gunderson, M. (1998), «Harmonization of Labour Policies Under Trade Liberalization», *Relations Industrielles – Industrial Relations*, 53(1), 24-52.
- Gunderson, M.; Riddell, W. C. (1995), «Jobs, Labour Standards and Promoting Competitive Advantage: Canada's Policy Challenge», *Labour (IIRA)*, S125-S148.
- Habermas, J. (1989), *The Theory of Communicative Action: Lifeworld and System. A Critique of Functional Reason*. Cambridge: Polity Press.
- Haworth, N.; Huges, S. (1997), «Trade and International Labour Standards: Issues and Debates over a Social Clause», *The Journal of Industrial Relations*, 39(2), 177-195.
- Helmonds, S. V. M. (2000), «The Social Dimension in the Context of Globalisation», U.S. Department of Labor, Bureau of International Labor Affairs (org.), *The Social Dimension of Economic Integration: Papers Submitted for Discussion at the United States and European Union Seminar*. Washington D.C.: U.S. Department of Labor, 56-77.
- Hobsbawm, E. J. (1988), «Working-Class Internationalism», F. V. Holthoorn e M. V. D. Linden

- (orgs.), *Internationalism on the Labour Movement 1830-1940* (Volume I). Leiden: E. J. Brill, 3-16.
- Hobsbawm, E. J. (1995), «Guessing About Global Change», *International Labor and Working-Class History*, 47 (Spring), 38-44.
- Hoffmann, J. (2002), «Beyond the Myth: 'International Solidarity' as a Challenge to Trade Unions in the Age of Globalisation and Europeanisation», J. Hoffmann (org.), *The Solidarity Dilemma: Globalisation, Europeanisation and the Trade Unions*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 119-144.
- Hoffmann, J.; Hoffmann, R. (1997), «Globalization: Risks and Opportunities for Labor Policy in Europe», *Discussion & Working Papers* 97.04.01. Bruxelas: ETUI, 1-32.
- Holthoorn, F. V.; Linden, M. V. D. (1988), «Introduction», F. V. Holthoorn e M. V. D. Linden (orgs.), *Internationalism on the Labour Movement 1830-1940* (Volume I). Leiden: E. J. Brill, vii-xiii.
- Holthoorn, F. V.; Linden, M. V. D. (orgs.) (1988), *Internationalism on the Labour Movement 1830-1940* (2 Volumes). Leiden: E.J. Brill.
- Hyman, R. (1996), «Changing Union Identities in Europe», P. Leisink, J. Van Leemput e J. Vilorox (orgs.), *The Challenges to Trade Unions in Europe: Innovation or Adaptation*. Cheltenham: Edward Elgar, 53-73.
- Hyman, R. (1999a), «Five Alternative Scenarios for West European Unionism», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 121-130.
- Hyman, R. (1999b), «Imagined Solidarities: Can Trade Unions Resist Globalization?», P. Leisink (org.), *Globalization and Labour Relations*. Cheltenham: Edward Elgar, 94-115.
- Hyman, R. (1999c), «National Industrial Relations Systems and Transnational Challenges: an Essay in Review», *European Journal of Industrial Relations*, 5(1), 89-110.
- Hyman, R. (2000), «Syndicats européens et intégration transnationale», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 149-161.
- Hyman, R. (2001), «European Integration and Industrial Relations: a Case of Variable Geometry?», P. Waterman e J. Wills (orgs.), *Place, Space and the New Labour Internationalisms*. Oxford: Blackwell, 164-179.
- ICFTU (2000a), «Making Vision into Reality: Priorities for the ICFTU in the 21st Century» (<http://www.icftu.org/displaydocument.asp?Index=991210102&Language=EN>), acedido em 19.01.2001.
- ICFTU (2000b), «Launching the Millenium Review – the Future of the International Trade Union Movement» (<http://www.icftu.or/displaydocument.asp?Index=991209294&Language=EN>), acedido em 12.10.2001.
- ICFTU (2003), «ICFTU: What It Is, What It Does...» (<http://www.icftu.org/displaydocument.asp?DocType=Overview&Index=990916422&Language=EN>), 1-2, acedido em 25.06.2003.
- ILO (2001), «World Employment Report 2001: Life at Work in the Information Economy», (www.ilo.org/public/english/support/publ/wer/index2.htm), acedido em 5.09.2001.
- International Union Righths* (2000), Número temático intitulado «Workers' Rights Know no Borders. Focus on labour codes», 7 (2).
- International Union Righths* (2001), Número temático intitulado «Focus: Codes of Conduct», 8(3).
- Jacobi, O. (2000), «Transnational Trade Union Cooperation at Global and European Level –

- Opportunities and Obstacles», *Transfer – European Review of Labour and Research*, 6(1), 12-28.
- Jakobsen, K. (1998), «Nuevos rumbos en la ORIT?», M. S. P. Castro e A. Wachendorfer (orgs.), *Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 307-318.
- Jakobsen, K. (2000), «Movimento Sindical no NAFTA», J. Lorenzetti e O. L. Faccio (orgs.), *O Sindicalismo na Europa, Mercosul e Nafta*. São Paulo: Ltr/Escola Sul da CUT, 137-221.
- Jennings, P. (2001), «La nouvelle dimension de l'action syndicale», *Le Monde Diplomatique (supplément OIT)*, Septembre, iv.
- Jensen, C. S.; Madsen, J. S.; Due, J. (1995), «A Role for Pan-European Trade Union Movement? – Possibilities in European IR-Regulations», *Industrial Relations Journal*, 26(1), 4-18.
- Jensen, C. S.; Madsen, J. S.; Due, J. (1999), «Phases and Dynamics in the Development of EU Industrial Relations Regulation», *Industrial Relations Journal*, 30(2), 118-134.
- Jones, R. (1999), «Civilising the Multinationals», *International Unions Rights*, 6(2), 8-9; 11.
- Katz, H. C. (2001), «Whither the American Labor Movement?», L. Turner, H. C. Katz e R. W. Hurd (orgs.), *Rekindling the Movement: Labor's Quest for Relevance in the Twenty-First Century*. Cornell: Cornell University Press, 339-349.
- Klein, N. (2002), *No Logo: o Poder das Marcas*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Kriegel, A. (1974), *As Internacionais Operárias*. Amadora: Bertrand.
- Lambert, R. (1999), «Australia's Historic Industrial Relations Transition», P. Leisink (org.), *Globalization and Labour Relations*. Cheltenham: Edward Elgar, 213-248.
- Lambert, R.; Chan, A. (1999), «Global Dance: Factory Regimes, Asian Labour Standards and Corporate Restructuring», J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*. Londres: Mansell, 72-104.
- Le Roux, S.; Fouquet, A.; Rehfeldt, U. (2000), «Conclusion», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 213-218.
- Lee, E. (1997), «Globalization and Labour Standards: A Review of Issues», *International Labour Review*, 136(2), 173-189.
- Lee, E. (1997), *The Labour Movement and the Internet: The New Internationalism*. Londres: Pluto Press.
- Lee, E. (1999), «Trade Unions, Computer Communications and the New World Order», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 228-244.
- Lee, E. (2000), «Unions Using the Internet», *International Unions Rights*, 7(2), 26-27.
- Leisink, P. (1999), «Introduction», P. Leisink (org.), *Globalization and Labour Relations*. Cheltenham: Edward Elgar, 1-35.
- Leisink, P. (org.) (1999), *Globalization and Labour Relations*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Levinson, C. (1972), *International Trade Unionism*. Londres: Allen and Unwin.
- Levinson, C. (org.) (1974), *Industry's Democratic Revolution*. Londres: Allen and Unwin.
- Lind, J. (1996), «Trade Unions: Social Movements or Welfare Apparatus?», P. Leisink, J. Van Leemput e J. Vilroks (orgs.), *The Challenges to Trade Unions in Europe: Innovation or Adaptation*. Cheltenham: Edward Elgar, 105-120.
- Linden, M. v. d. (2000), «Conclusion: The Past and the Future of International Trade Unionism», A. Carew, M. Dreyfus, G. V. Goethem, R. Gumbrell-McCormick e M. V. D. Linden (orgs.), *The International Confederation of Free Trade Unions*. Bern: Peter Lang, 519-540.

- Marx, K. (1983), «Estatutos Gerais da Associação Internacional de Trabalhadores», J. Barata-Moura, E. Chitas, F. Melo e A. Pina (orgs.), *Marx e Engels: Obras Escolhidas em Três Tomos* (tomo II). Lisboa: Edições «Avante», 14-17.
- Marx, K.; Engels, F. (1982), «Manifesto do Partido Comunista», J. Barata-Moura, E. Chitas, F. Melo e A. Pina (orgs.), *Marx e Engels: Obras Escolhidas em Três Tomos* (tomo I). Lisboa: Edições «Avante», 106-136.
- Mason, J. G. (2000), «Le débat américain sur la mondialisation», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 65-75.
- Mazur, J. (2000), «Labor's New Internationalism», *Foreign Affairs*, 79(1), 79-93.
- Moody, K. (1997a) «Towards an International Social-Movement Unionism», *New Left Review*, 225, 52-72.
- Moody, K. (1997b), *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. Londres: Verso.
- Moody, K. (2000), «Global Capital and Economic Nationalism. Protectionism or Solidarity?», Global Solidarity Dialogue (<http://www.igc.org/solidarity/atc/87Moody.html>), acessado em 19.01.2001.
- Munck, R. (1999), «Labour Dilemmas and Labour Futures», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 3-23.
- Munck, R. (2000a), «Labour and Globalisation: Results and Prospects», *Work, Employment & Society*, 14(2), 385-393.
- Munck, R. (2000b), «Labour in the Global: Challenges and Prospects», R. Cohen e S. M. Rai (orgs.), *Global Social Movements*. Londres: The Athlone Press, 83-100.
- Munck, R.; Waterman, P. (1999), «Preface», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, ix-xiv.
- Munck, R.; Waterman, P. (orgs.) (1999), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press LTD.
- Murray, G.; Lévesque, C.; Roby, N.; Le Queux, S. (1999), «Isolation or Integration? The Relationship between Local and a National Union in the Context of Globalization», J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*. Londres: Mansell, 160-191.
- Murray, J. (2001), «The Sydney Olympic Games Code of Conduct», *International Union Rights*, 8(3), 11-12.
- Nascimento, C. (1998), «Sindicato Cidadão e Formação para a Cidadania (questões actuais sobre sindicalismo e a qualificação profissional», in CUT, *Educação e Sindicalismo (caderno de apoio às actividades de formação do programa nacional de formação de formadores e capacitação de conselheiros – Caderno II)*. Florianópolis: CUT.
- Nash, B. J. (1998a), «Globalizing Solidarity: Praxis and the International Labor Movement», *Journal of World-Systems Research* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4(1), 1-3, acessado em 30.09.1999.
- Nash, B. J. (1998b), «Forum: Problems and Prospects for a Global Labor Movement», *Journal of World-Systems Research* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4(1), 3-9, acessado em 30.09.1999.
- Offe, C. (1999), «Reforma do Estado e Trabalho», M. R. Nabuco e A. C. Neto (orgs.), *Relações de Trabalho Contemporâneas*. Belo Horizonte: PUC Minas – IRT, 47-68.

- Ohmae, K. (1996), *The End of the Nation State: The Rise of the Regional Economies*. Londres: HarperCollins.
- ORIT (2001), «XV Congresso Continental. Documento Base» (http://www.orit-ciosl.org/debate/docbase_res.html), acessado em 28.03.2001.
- Piqueras, J. A. (1995), *O Movimento Operário*. Porto: Campos das Letras.
- Ramsay, H. (1997), «Solidarity at Last? International Trade Unionism Approaching the Millennium», *Economic and Industrial Democracy*, 18(4), 503-517.
- Ramsay, H. (1999), «In Search of International Union Theory», J. Waddington (org.), *Globalisation Patterns of Labour Resistance*. Londres: Mansell, 192-219.
- Raynauld, A.; Vidal, J.-P. (1998), *Labour Standards and International Competitiveness: A Comparative Analysis of Developing and Industrialized Countries*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Rehfeldt, U. (2000), «Les stratégies syndicales européennes», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 77-86.
- Rehfeldt, U. (2001), «European Works Councils and Union Bargaining Strategies», D. Foden, J. Hoffmann e R. Scott (orgs.), *Globalisation and the Social Contract*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 343-353.
- Rifkin, J. (2000), «O Novo Capitalismo Transforma a Cultura em Comércio», *Público*, 22 de Janeiro.
- Ruzza, R. d. (1996), «L' internationalisation de l'économie et la crise du syndicalisme», *L'Homme et la Société*, 121/122, 117-130.
- Ruzza, R. d.; Le Roux, S. (2000), «L' internationalisme syndicale est-il praticable?», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le Syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 31-42.
- Sachwald, F. (1997), «La régionalisation contre la mondialisation?», S. Cordellier e F. Doutaut, (orgs.), *Mondialisation, au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 133-146.
- Sagnes, J. (1994a), «Introduction générale», J. Sagnes (org.), *Histoire du syndicalisme dans le monde: Des origines à nos jours*. Toulouse: Privat, 11-18.
- Sagnes, J. (1994b), «Rivalité des organisations syndicales internationales», J. Sagnes (org.), *Histoire du syndicalisme dans le monde: Des origines à nos jours*. Toulouse: Privat, 495-507.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995a), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Londres: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995b), «Teses para Renovação do Sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo», *Vértice*, 68, 132-139.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), «The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations», *Oficina do CES*, 140, 1-35.
- Santos, B. S. (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), «Os Processos da Globalização», in B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, 31-106.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Toward a New Legal Common Sense*. Londres: Butterworths.
- Scipes, K. (2000), «Social Movement Unionism: A Call for Theoretical Clarification», *Labour Movements*, Research Committee (RC) 44 (Dezembro) da Associação Internacional de Sociologia. Madrid: Universidad Complutense, 6.

- Seidman, G. W. (1994), *Manufacturing Militance: Workers' Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley: University of California Press.
- Sibley, T. (2000), «The Case of Universal Labour Standards», in ICTUR, *Trade Union Rights for the Next Millennium (draft discussion paper)*. Londres: ICTUR, i-ix.
- Standing, G. (1999), *Global Labour Flexibility: Seeking Distributive Justice*. Londres: MacMillan Press.
- Stavis, D. (1998), «International Labor Organizations, 1864-1997: the Weight of History and the Challenges of the Present», *Journal of World-Systems Research* (<http://csf.colorado.edu/wsystems/jwsr.html>), 4: 52-75, acedido em 30.09.1999.
- Stavis, D.; Boswell, T. (2000), «From National Resistance to International Labour Politics», B. K. Gills (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*. Londres, MacMillan Press, 150-170.
- Streeck, W. (1998), «The Internationalization of Industrial Relations in Europe: Prospects and Problems», *Politics & Society*, 26(4), 429-459.
- Streeck, W.; Schmitter, P. C. (1998), «From National Corporatism to Transnational Pluralism: Organised Interests in the Single European Market», E. Gabaglio e R. Hoffmann (orgs.), *The ETUC in the Mirror of Industrial Relations*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 131-170.
- Supiot, A. (org.) (1999), *Au-delà de l'emploi: Transformations du travail et devenir du droit du travail en Europe (Rapport pour la Commission Européenne)*. Paris: Flammarion.
- Teague, P.; Grahl, J. (1992), *Industrial Relations and European Integration*. Londres: Lawrence & Wishart.
- Thorpe, V. (1999), «Global Unionism: the Challenge», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 218-228.
- Thorstensen, V. (1999), «Os Novos Temas da Organização Mundial do Comércio: Implicações nas Relações do Mercosul com a União Europeia e NAFTA», Fórum Euro-Latino Americano, *Regular e Democratizar o Sistema Global – Uma Parceria para o Século XXI*. Cascais: Principia, 253-310.
- Tilly, C. (1995), «Globalization Threatens Labor's Rights», *International Labor and Working-Class History*, 47 (Spring), 1-23.
- Torres, R. (2000), «Trade and Labor Standards: An Economic Perspective», U.S. Department of Labor, Bureau of International Labor Affairs (org.), *The Social Dimension of Economic Integration: Papers submitted for discussion at the United States and European Union Seminar*. Washington D.C.: U.S. Department of Labor, 78-98.
- Traxler, F.; Schmitter, P. C. (1995), «The Emerging Euro-Polity and Organized Interests», *European Journal of International Relations*, 2(1), 191-218.
- Treillet, S.; Vega, X. D. L. (2000), «Vers des stratégies syndicales transnationales», A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 189-199.
- Trubek, D. M. (2000), «Desperately Seeking Global Labor Standards: Can We Get Out of the Box?» (http://www.WAGENET.org/Conferences/Papers/Intro_Overview_D2/trubeklab.html), acedido em 2.03.2001.
- Turner, L. (1998), «The Europeanization of Labour: Structure Before Action», E. Gabaglio e R. Hoffmann (orgs.), *The ETUC in the Mirror of Industrial Relations*. Bruxelas: European Trade Union Institute, 207-230.

- Valkenburg, B. (1996), «Individualization and Solidarity: the Challenge of Modernization», P. Leisink, J. Van Leemput e J. Vilrocx (orgs.), *The Challenges to Trade Unions in Europe: Innovation or Adaptation*. Cheltenham: Edward Elgar, 89-104.
- Valkenburg, B.; Beukema, L. (1996), «The Organisation of Flexibility. Atypical Jobs as a Challenge for the Modernization of Trade Unions», *Transfer – European Review of Labour and Research*, 2(4): 738-754.
- Veiga, J. P. C. (1999), «Práticas Sindicais e Acordos Preferenciais de Comércio: Um Novo Caminho para o Sindicalismo?», Y. Chaloult e P. R. Almeida (orgs.), *Mercosul, Nafta e Alca: A Dimensão Social*. São Paulo: Ltr, 170-189.
- Vigevani, T. (1998), *Mercosul: Impactos para Trabalhadores e Sindicatos*. São Paulo: Ltr.
- Visser, J. (1995), «Trade Unions from a Comparative Perspective», J. Van Ruysseveldt, R. Huiskamp e J. van Hoof (orgs.), *Comparative Industrial & Employment Relations*. Londres: Sage, 37-67.
- Visser, J. (1998), «Learning to Play: the Europeanisation of Trade Unions», P. Pasture e J. Verberckmoes (orgs.), *Working-Class Internationalism and the Appeal of National Identity: Historical Debates and Current Perspectives on Western Europe*. Oxford: Berg, 231-257.
- Waddington, J. (1999), «Situating Labour Within Globalization Debate», J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*. Londres: Mansell, 1-28.
- Waddington, J. (org.) (1999), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*. Londres: Mansell.
- Waddington, J.; Hoffmann, R.; Lind, J. (1997), «European Trade Unionism in Transition? A Review of Issues», *Transfer – European Review of Labour and Research*, 3 (3), 464-497.
- Wallerstein, I. (1995), «Response: Declining States, Declining Rights?», *International Labor and Working-Class History*, 47 (Spring), 24-27.
- Waterman, P. (1998a), *Globalization, Social Movements & the New Internationalisms*. Londres: Mansell.
- Waterman, P. (1998b), «The Second Coming of Proletarian Internationalism? A Review of Recent Resources», *European Journal of Industrial Relations*, 4(3), 349-377.
- Waterman, P. (1999), «The New Social Unionism: A New Union Model for a New World Order», R. Munck e P. Waterman (orgs.), *Labour Worldwide in the Era of Globalization: Alternative Union Models in the New World Order*. Londres: MacMillan Press, 247-264.
- Waterman, P. (2000a), «Social Movements, Local Places and Globalized Spaces: Implications for Globalization from Below», B. Gills (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*. Londres: MacMillan Press, 135-149.
- Waterman, P. (2000b), «Trade Union Internationalism in the Age of Seattle», Global Solidarity Dialogue (<http://www.antenna.nl/~waterman/ageseatle.html#top>), acessado em 17.01.2001.
- Waterman, P. (2002), «Internacionalismo Sindical na Era de Seattle», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 33-68.
- Williams, H. L. (1999), «Mobile Capital and Transborder Labor Rights Mobilization», *Politics & Society*, 27(1), 139-166.
- Wills, J. (2001), «Uneven Geographies of Capital and Labour: the Lessons of European Works Councils», P. Waterman e J. Wills (orgs.), *Place, Space and the New Labour Internationalisms*. Oxford: Blackwell, 180-205.
- Yanz, L.; Jeffcott, B. (2001), «Bringing Codes Down to Earth», *International Union Rights*, 8(3), 8-10.

Zoll, R. (1996), «Modernization, Trade Unions and Solidarity», P. Leisink, J. Van Leemput e J. Villokx (orgs.), *The Challenges to Trade Unions in Europe: Innovation or Adaptation*. Cheltenham: Edward Elgar, 77-87.

